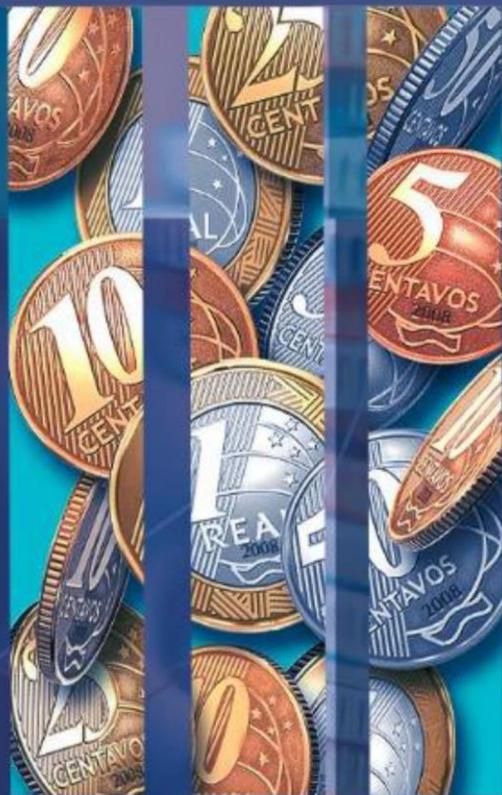


BO  
LE  
TIM  
DE



IMESC

# CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



**SEPE**

SECRETARIA DE ESTADO DE  
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

**IMESC**

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS  
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO  
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO  
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS  
Luis Fernando Moura da Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E  
CARTOGRÁFICOS  
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS  
Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS  
Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS  
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS  
Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS  
Geilson Bruno Pestana Moraes

**Organização**  
Geilson Bruno Pestana Moraes  
Dionatan Silva Carvalho  
Hiroshi Matsumoto

**ELABORAÇÃO**  
Matheus Pereira Farias  
Neuzilene Lima Costa  
Pedro Augusto da Silva Tavares  
Raphael Bruno Bezerra Silva  
Talita de S. Nascimento Carvalho

Adriana Cristina Rabelo da Silva  
Anderson Nunes Silva  
Carlos Eduardo Nascimento Campos  
Dionatan Silva Carvalho  
Geilson Bruno Pestana Moraes

**REVISÃO DE LINGUAGEM**  
Yamille Castro

**NORMALIZAÇÃO**  
Dyana Pereira

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos -  
IMESC

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto  
Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 8,  
n. 1, jan./ mar. São Luís: IMESC, 2020.

Trimestral

ISSN 2595 2234

65 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Título

CDU 33 (812.1)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	10
<b>1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL</b> .....	12
<b>2. ABRANGÊNCIA NACIONAL</b> .....	12
2.1 Nível de Atividades.....	12
2.1.1 Câmbio, inflação e juros .....	12
2.1.2 Produto Interno Bruto – PIB .....	15
2.1.3 Agricultura.....	18
2.1.4 Indústria .....	19
2.1.5 Comércio.....	21
2.1.6 Serviços.....	22
2.1.7 Crédito.....	23
2.1.8 Financiamento Imobiliário .....	23
2.2 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos .....	25
2.2.1 Balanço de Pagamentos.....	25
2.2.2 Commodities.....	27
2.2.3 Balança Comercial .....	28
2.3 Mercado de Trabalho.....	29
2.3.1 Ocupação .....	29
2.3.1.1 Emprego formal.....	31
2.4 Finanças Públicas.....	32
<b>3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL</b> .....	36
3.1 Nível de Atividades.....	36
3.1.1 Produto Interno Bruto .....	36
3.1.2 Agricultura.....	39
3.1.3 Indústria Maranhense.....	42
3.1.4 Serviços.....	43
3.1.5 Comércio Varejista.....	44
3.2 Comércio Exterior.....	46
3.2.1 Balança Comercial .....	46
3.3 Investimentos .....	48
3.4 Mercado de Trabalho.....	49
3.4.1 Ocupação .....	49
3.4.2 Emprego formal.....	53
3.5 Finanças Públicas.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, real brasileiro (BRL), comparado com o dólar dos EUA (USD), janeiro de 2019 a janeiro de 2020, média mensal .....	13
Gráfico 2 - Brasil: Acumulado 12 meses do IPCA (%): Índice Geral; Carnes; Energia elétrica; Combustíveis; jan/19 a jan/2020.....	14
Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre fev/20 e jan/25 em %. (dez/19, jan/20 e fev/20) .....	15
Gráfico 4 - Brasil: Estimativa da produção de grãos* acompanhada pelo LSPA – entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020 – em mil toneladas.....	19
Gráfico 5 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação – variação do acumulado de janeiro a dezembro (%).....	20
Gráfico 6 - Principais fundos para financiamento imobiliário - 2019 .....	24
Gráfico 7 - Crédito Imobiliário - Recursos oriundos do SBPE e FGTS - 2010 a 2019 – valores (em R\$ bilhões) constantes de dezembro de 2019 .....	25
Gráfico 8 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão de janeiro de 2018 até janeiro de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	28
Gráfico 9 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 até janeiro de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	28
Gráfico 10 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, em percentual (%)......	30
Gráfico 11 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central e do Setor Público Consolidado, observado de 2014 a 2019 e projetado de 2020 a 2022, em % do PIB .....	35
Gráfico 12- Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público Consolidado de 2010 a 2019 e projeção de 2020 a 2022, em % do PIB.....	36
Gráfico 13 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%).....	37
Gráfico 14 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019.....	39
Gráfico 15 - Maranhão: Estimativa da produção de grãos* acompanhada pelo LSPA 2018 e Dez./2019 – em mil toneladas.....	39
Gráfico 16 - Estimativa da participação das principais culturas, no total de grãos produzidos no Maranhão – Dez./19 (%) .....	40
Gráfico 17 - Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão (ICEI-MA) – 2019.....	42
Gráfico 18 - Maranhão: Consumo industrial mensal de energia elétrica na rede (MWh) – outubro de 2018 a setembro de 2019 .....	43
Gráfico 19 - Destinação de investimentos públicos estaduais em andamento por categoria, atualizados até dezembro de 2019 (%).....	49
Gráfico 20 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2019 (em %).....	50
Gráfico 21 - Região Metropolitana da Grande São Luís e São Luís: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2019 (em %).....	50
Gráfico 22 - Brasil e Maranhão: Rendimento médio real (R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do 1º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de novembro de 2019.....	52

Gráfico 23 - Maranhão: Saldo de emprego formal por tipo de ocupação, dez maiores e dez menores em 2019.....	54
Gráfico 24 - Maranhão: Saldo de empregos gerados, segundo porte das empresas – 2018 e 2019* .....	55
Gráfico 25 - Maranhão: Saldo emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente, acumulado* de 2018 e 2019 .....	56
Gráfico 26 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a novembro de 2019***, em R\$ milhões correntes .....	62
Gráfico 27 - Maranhão: Despesa Total com Pessoal (DTP) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) e Limites da LRF – Acumulado de 12 meses de 2013 ao 3º quadrimestre de 2019* (em %) .....	63
Gráfico 28 - Maranhão: Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida dos estados e Limites da LRF– Acumulado de 12 meses até o 3º quadrimestre de 2019* (em %)...	64
Gráfico 29 - Maranhão: Evolução da Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – acumulado de 12 meses de 2013 ao 2º quadrimestre de 2019 (em %).....	64
Gráfico 30 - Maranhão: Relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados brasileiros, no 2º quadrimestre de 2017, 2018 e 2019* em (%) .....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Variação do PIB Trimestral (em %), acumulada ao longo do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, entre o 4º Tri/2016 e o 4º tri/19.....	16
Tabela 2 - Previsões de crescimento do PIB condicionadas a três cenários para o tempo de duração do isolamento .....	17
Tabela 3 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em dezembro de 2019, em 12 meses e comparação interanual: mensal, acumulado do ano.....	19
Tabela 4 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em dezembro de 2019, em 12 meses e comparação interanual: mensal, acumulado do ano.....	21
Tabela 5 - Brasil: Indicadores (%) do Volume de vendas, segundo as atividades de divulgação em dezembro de 2019.....	22
Tabela 6 - Brasil: Indicadores (%) do Volume de serviços, segundo as atividades de divulgação em dezembro de 2019.....	23
Tabela 7 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019 (US\$ bilhões) .....	26
Tabela 8 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2015 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em percentual (%).....	29
Tabela 9 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, em 2018 e 2019*, saldo mensal; Variação Absoluta.....	31
Tabela 10 - Brasil: Receita Total desagregada em 2018, em dezembro de 2019 e no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões, constantes de dezembro de 2019 (corrigidos pelo IPCA), taxa de crescimento real (%) e Variação Absoluta .....	33
Tabela 11 - Brasil: Despesa Total desagregada em 2018, em dezembro de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a dezembro de 2018 e 2019, em R\$ milhões, constantes de outubro de 2019, corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e Variação Absoluta .....	34
Tabela 12 - Maranhão: Variação (%) dos indicadores de receita nominal e volume de serviços, em dezembro de 2019.....	44
Tabela 13 -Maranhão: Indicadores (%) de evolução do varejo ampliado e restrito, divulgados em dezembro de 2019 (Base Fixa 2014 = 100) .....	45
Tabela 14 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em (%).....	46
Tabela 15 - Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e crescimento (%) .....	46
Tabela 16 - Principais produtos das importações maranhenses de 2018 a 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%) .....	47
Tabela 17 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2018 a 2019; Variação Absoluta e taxa de crescimento (%).....	51
Tabela 18 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2018 a 2019 .....	52
Tabela 19 - Maranhão: Geração de emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsectores de atividade; saldo mensal, acumulado e Variação Absoluta.....	53
Tabela 20 - Maranhão: Geração de emprego formal, considerando a característica das vagas; janeiro a dezembro de 2019* .....	54
Tabela 21 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo setores de atividade: maiores e menores saldos de contratação no acumulado* de 2019.....	56
Tabela 22 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões correntes, em 2019* ...	58

Tabela 23 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em 2018, em dezembro de 2019 e no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2019 e crescimento real (%).....	58
Tabela 24 - Maranhão: Balanço do monitoramento fiscal realizado pela SEFAZ em 2019 .....	59
Tabela 25 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica em 2018, em dezembro de 19, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2019, crescimento real 18/19 (%) e Variação Absoluta.....	60
Tabela 26 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em 2018, em dezembro de 2019, no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de janeiro de 2020, crescimento real 18/19 (%) e Variação Absoluta.....	61
Tabela 27 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões correntes .....	61

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brasil: Fluxo acumulado de investidores; Bolsa x Ibovespa - mai/16 a nov/19.....	27
Figura 2 - MA – Perfil da inadimplência em dezembro de 2019.....	45

## APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da economia maranhense, nacional e internacional, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. Além do setor público, o Boletim alcança os mais diversos segmentos: empresários, trabalhadores, acadêmicos, professores, pesquisadores e sociedade civil organizada ou não. Publicado desde o ano de 2008, o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense é um dos principais produtos do IMESC e possui a finalidade de retratar a economia maranhense, de forma holística, por meio de informações oficiais.

A análise estrutura-se em três grandes blocos: economia internacional, economia nacional e economia maranhense. Na economia internacional, analisa-se a dinâmica das principais economias e dos principais parceiros comerciais do Brasil, bem como os fatores geopolíticos mais relevantes. Ao passo que na economia nacional, são analisados os indicadores de nível de atividades (Produto Interno Bruto – PIB, produção industrial, comércio, endividamento, inflação e juros); comércio exterior (balanço de pagamentos, *commodities* e balança comercial); mercado de trabalho (formal e ocupação); e finanças públicas. Na economia maranhense, faz-se um amplo levantamento dos principais indicadores disponíveis para o âmbito estadual, tanto em bases secundárias (ministérios, jornais, revistas, notícias, dentre outros), como informações provenientes de registros administrativos de secretarias de estado, órgãos estaduais, conselhos de classe e empresas), nos seguintes temas: nível de atividade (produção agrícola, financiamento imobiliário, comércio, endividamento, inadimplência, investimentos e PIB); comércio exterior (balança comercial); mercado de trabalho estadual (formal e ocupação) e municipal (formal); e finanças públicas (receitas e despesas).

Destaca-se que a presente edição do Boletim faz uma análise apenas dos efeitos iniciais causados pela pandemia do novo Coronavírus (covid-19) na economia mundial, nacional e estadual, pois ainda não captou os efeitos das medidas de confinamento social implementados, principalmente, nos meses de março e abril de 2020.

Boa Leitura!

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O primeiro trimestre de 2020 iniciou com a proliferação de um vírus. A COVID-19 trouxe uma pandemia com implicações para a economia mundial, por meio do comércio entre nações. Em seu relatório, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) indica que a crise de saúde mundial possui efeitos sobre a confiança do consumidor, os mercados financeiros, o setor de viagens e a quebra nas cadeias de valor e produção, deprimindo as expectativas de crescimento em escala mundial.

Em relação às *commodities*, destaca-se, em especial, o petróleo. Dada a queda observada na demanda mundial pela *commodity*, decorrente do coronavírus no mundo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Rússia não entraram em um acordo sobre uma possível redução da oferta em março deste ano, o que contribuiu para a queda expressiva no preço do barril de petróleo em 2020. A queda na cotação do petróleo impõe às empresas produtoras brasileiras, em especial a Petrobras, a redução do ritmo de produção de barris, visando adequar-se a esse cenário, o que compromete a performance desse segmento da Indústria Extrativa.

Em relação à abrangência nacional, divulgada em 4 de março de 2020, o Produto Interno Bruto - PIB nacional registrou crescimento de 1,1% em 2019, enquanto, para 2020, os cenários prováveis apontam para uma retração da atividade econômica, provocada pela pandemia da COVID-19. Pela ótica da oferta do PIB, os três grandes setores registraram crescimento em 2019, os Serviços com 1,3%, a Agropecuária (1,3%) e a Indústria avançou 0,5%. Para 2020, destacam-se três rubricas que podem ser fortemente afetadas, em virtude da recente restrição ao deslocamento de pessoas no Brasil e no mundo, provocada pela COVID-19, com provável queda: no Consumo das Famílias, na FBCB, nas exportações e importações.

Em relação à abrangência estadual, a taxa de crescimento estimada para o PIB do Maranhão em 2019 foi atualizada em 1,2%, com 0,1 ponto percentual (p.p.) a mais que o Brasil (1,1%).

Em relação ao Valor Adicionado da Agropecuária, o crescimento para 2019 foi atualizado para -0,1% ante -2,3% na estimativa do trimestre anterior, devido ao melhor desempenho nas culturas de maior peso na agricultura maranhense, sendo a soja com 3,4% a mais que o ano anterior e o milho, que registrou crescimento de +12,3% na safra de 2019.

No que tange à Indústria, foi estimado crescimento de 1,2% em 2019. A atividade de Extração Mineral, notadamente a indústria de gás natural encerrou com queda de 1,1%, mas esse resultado foi compensado por outras atividades do setor Secundário como a atividade Geração de Energia (considerando a termelétrica, eólica e hidrelétrica), que encerrou o ano com variação positiva de 0,8%; e a Construção Civil, que respondeu bem e gerou cerca de 3,2 mil empregos formais, sendo o crescimento observado no estoque de emprego entre 2018 e 2019 nessa atividade de 9,4%.

Para o setor de Serviços, o crescimento do Valor Adicionado para 2019 foi mantido em 1,4%. Ao considerar as duas atividades mais representativas desse setor, o Comércio (19,1%) e a Administração Pública (40,8%), observou-se que até o fim do ano a dinâmica dessas atividades não sofreu grandes mudanças, a ponto de registrar um crescimento maior.

Em relação ao mercado de trabalho maranhense, pelo terceiro ano consecutivo, em 2019, o Maranhão apresentou saldo positivo de criação de empregos formais (+10,7 mil), configurando o 2º melhor resultado do Nordeste. Em termos de distribuição setorial, os

principais destaques foram o setor de Serviços, com a geração de 6 mil vagas de empregos com carteira, a Construção Civil (3,2 mil) e o Comércio (2,5 mil). Os dados mais recentes da PNAD contínua apontam que a taxa de desocupação retrocedeu 1,9 pontos percentuais no 4º trimestre de 2019, variação superior a do Nordeste (-0,8 p.p.) e a do Brasil (-0,6 p.p.).

Em relação às finanças públicas, fazendo um balanço do ano 2019, do montante de R\$ 16,4 bilhões, as receitas mais significativas foram as Receitas Tributárias (R\$ 6,1 bilhões) e as Transferências Correntes (R\$ 8,0 bilhões). Já em relação às Receitas de Capital, aquelas que apresentaram maior relevância durante o período foram as Operações de Crédito (R\$ 292,6 milhões), cujos recursos têm sido utilizados para a realização de obras como a implantação do BRT e do Programa Mais Asfalto.

Em 2019, as despesas do estado foram correspondentes a R\$ 17,0 bilhões. Desse montante, R\$ 14,2 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 1,9 bilhão para as Despesas de Capital. Dentre as primeiras, R\$ 8,9 bilhões foram direcionados para os gastos com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 4,8 bilhões para a rubrica Outras Despesas Correntes. Já entre as Despesas de Capital, o destaque foi para a realização de Investimentos, cujo total foi correspondente a R\$ 1,3 bilhão.

O primeiro trimestre de 2020 marca o início do fenômeno devastador da COVID-19 sobre a economia mundial, nacional e maranhense. Contudo, ainda é cedo para mensurar os efeitos sobre o PIB do Maranhão neste ano, devido às incertezas quanto à duração das medidas de isolamento social e pelo momento, ainda precoce, do pacote de incentivo à economia do Governo Federal.

## 1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL

Com a pandemia no novo coronavírus (covid-19), economia mundial sofre desaceleração

A Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta do novo Coronavírus (COVID-19) no dia 31 de dezembro de 2019, depois do estudo de um caso de pneumonia ocorrido na cidade de Wuhan, a sétima maior cidade chinesa. Em 04 de março de 2020, 94.250 casos foram confirmados em diversos países: Coreia do Sul (5.621 casos), Irã (2.922 casos), Itália (2.502 casos), Japão (304 casos), Alemanha (244 casos), França (212 casos), Estados Unidos (128 casos), dentre outros. Em 11 de março, a OMS declarou então a pandemia do covid-19.

No mês de março, autoridades internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC) indicaram para uma desaceleração no ritmo do crescimento mundial, com destaque para economia chinesa, em face do arrefecimento em todos os setores da economia mundial. A projeção do PIB Chinês já foi reavaliada de 5,7% para 4,9% em 2020; o PIB americano foi reduzido para 1,9%, ante a projeção inicial de 2,3%; a Itália de 0,2% para 0%; o Reino Unido de 1,4% para 0,8%; e a Alemanha de 0,6% para 0,3%, segundo projeções da OCDE do dia 02/03/2020. A OCDE enfatizou a necessidade de adoção de políticas de proteção ao emprego, expansão da liquidez do sistema bancário e aumento de investimentos públicos, como forma de amenizar os impactos econômicos causados pelo covid-19.

Um dos efeitos do Coronavírus sobre a economia mundial foi a queda da demanda por petróleo. Em março de 2020, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) buscou evitar a queda de preços reduzindo a produção. Entretanto, Rússia e Arábia Saudita mantiveram sua produção e ambas competiram pelo mercado mundial, reduzindo cada vez mais o preço da *commodity*. Contudo, um acordo recente entre as partes delimitou que seria restrita a oferta em quantidade equivalente a quase 10% da oferta mundial nos meses de maio e junho.

A redução do preço do petróleo beneficia em maior grau a China, maior demandante da *commodity*. Em relação ao Brasil, como efeitos prováveis, destacam-se: de um lado, a piora no desempenho do segmento indústria extrativa de petróleo (pela redução do preço e da quantidade exportada) e, de outro lado, o barateamento dos custos de produção de diversas empresas nacionais, devido ao menor preço no mercado interno.

A economia brasileira também tem sido afetada pela crise da Argentina que, em 2019, enfrentou um quadro adverso de inflação de 53,8% e uma relação entre dívida/PIB que ultrapassou os 75%, registrando resultado negativo de -2,4% no ano, de acordo com projeções em 02/03/2020. Os impactos na economia brasileira se dão, principalmente, por meio da queda de exportação de automóveis, que representaram 19,8% da pauta dos produtos vendidos ao vizinho sul-americano e que caíram na ordem de 34% em 2019, quando comparado a 2018, e apenas as vendas de veículos novos tiveram queda de 48%, nesse mesmo comparativo.

## 2. ABRANGÊNCIA NACIONAL

### 2.1 Nível de Atividades

#### 2.1.1 Câmbio, inflação e juros

##### Câmbio inicia 2020 em trajetória de alta

Em janeiro de 2020, a cotação nominal do dólar americano continuou em trajetória de alta, apresentando uma valorização de 6,8%, ante o real. Foi a maior alta para os meses de janeiro em dez anos. Para controlar a flutuação da moeda, o Banco Central fez intervenções no mercado de câmbio, com leilões de dólar à vista e venda de contratos de *swap* cambial.

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, real brasileiro (BRL), comparado com o dólar dos EUA (USD), janeiro de 2019 a janeiro de 2020, média mensal



Fonte: Banco Central do Brasil

Diversos fatores ajudam a explicar a contração do real, frente ao dólar americano no período recente. Fatores externos, como guerra comercial entre EUA e China, além do recente surto do novo Coronavírus (COVID-19), causaram o temor da redução no crescimento das economias desenvolvidas, culminando em instabilidade global. Consequentemente, as incertezas aumentam a aversão ao risco por parte de investidores globais, expandindo, assim, a demanda por dólares, considerado um ativo monetário seguro.

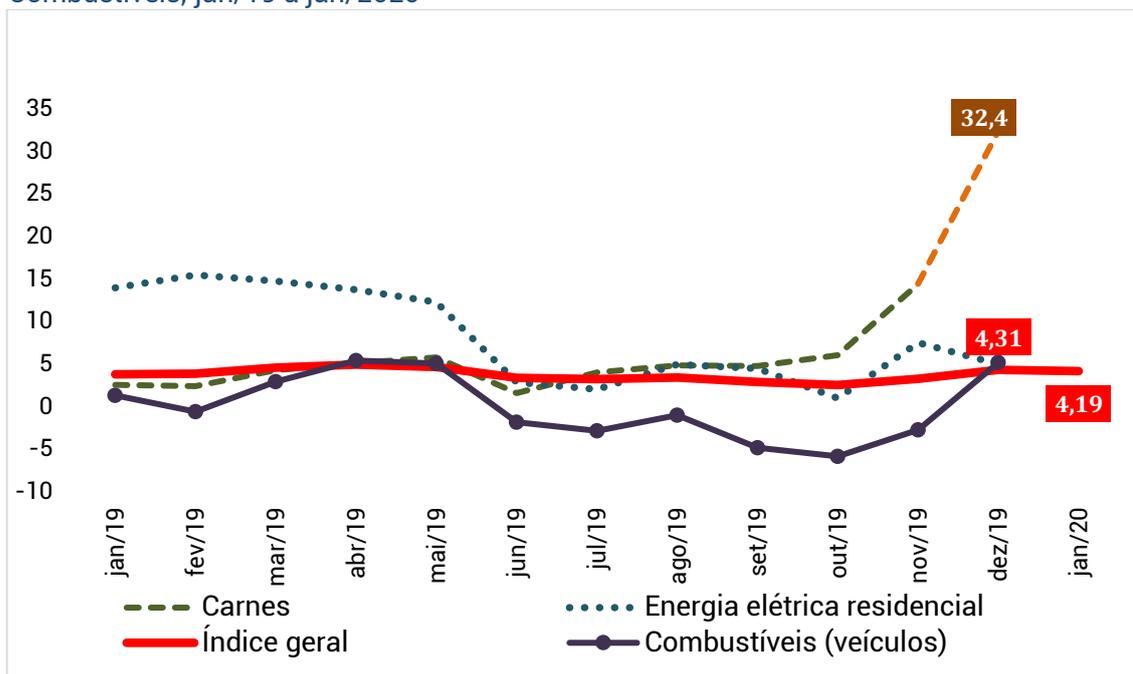
A partir de 2018, a curva apresentou trajetória ascendente. Diversos fatores podem explicar o movimento de valorização. Além da política monetária, comparativamente mais expansionista em outros países desenvolvidos, os indicadores de crescimento econômico dos EUA incidiram sobre a sua atratividade. É importante destacar que as tensões e incertezas globais, que aconteceram em 2019 e início de 2020, ajudaram a compor a trajetória do índice, uma vez que impactaram sobre a demanda de ativos monetários considerados mais seguros pelos investidores.

Fatores internos também pressionaram o câmbio ao longo do ano de 2019, como: o diferencial de taxas de juros; o ritmo de avanço da agenda econômica, a situação fiscal; a morosidade do crescimento; a tragédia em Brumadinho; as incertezas em relação à economia argentina e ao crescimento do comércio internacional, além da frustração com o megaleilão do pré-sal.

#### Influenciada pela alta dos preços das carnes, inflação encerra o ano de 2019 acima do centro da meta

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aumento de 1,15% somente no mês de dezembro. O grupo "Alimentação e Bebidas" apresentou a maior variação (3,38%) entre os grupos e exerceu o maior impacto individual (0,83 pontos percentuais) no resultado para o mês de dezembro. No ano, a inflação oficial acumulou alta de 4,31%, acima do centro da meta (4,25%) estabelecida pelo Banco Central.

Gráfico 2 - Brasil: Acumulado 12 meses do IPCA (%): Índice Geral; Carnes; Energia elétrica; Combustíveis; jan/19 a jan/20<sup>1</sup>



Fonte: IPCA/IBGE (2020)

No último trimestre de 2019, o índice de preços sofreu grande pressão do grupo "Alimentação e Bebidas", devido ao choque de demanda<sup>2</sup> no item "Carnes", cuja variação acumulada nos 12 meses alcançou 32,4% em dezembro. Em novembro, a variação daquele grupo representou 34,3% do índice geral, enquanto em dezembro a contribuição representou 72,5%.

Em dezembro, além da influência dos alimentos, destaca-se a variação mensal negativa do grupo "Habitação" que sofreu redução de 0,82%. Esse resultado pode ser atribuído à redução de patamar da bandeira tarifária de "Vermelho 1" para "Amarela". A mudança de patamar influenciou a retração no item "Energia elétrica" que variou (-4,24%). No acumulado do ano, o item energia elétrica acumulou 5%, pouco acima do índice geral.

Apesar de a inflação elevar-se pelo terceiro ano consecutivo, a aceleração dos preços não deve ser relacionada ao aumento da demanda interna por bens e serviços, mas sim à pressão nos custos ou elevação da demanda externa por bens nacionais. Os principais determinantes para a elevação dos preços podem ser atribuídos aos itens "administrados" (aqueles que não sofrem influência da demanda) e alimentos que sofrem oscilações, devido a fatores climáticos.

Em janeiro de 2020, o IPCA variou 0,21% no Brasil. O principal determinante da inflação nesse mês pode ser atribuído ao grupo "Habitação", que acelerou em razão de reajustes em taxas de água e esgoto e também do reajuste no preço do gás de botijão.

#### Juros: Banco Central inaugura nova mínima histórica com a taxa SELIC a 3,75%

Os juros futuros apontam estabilidade até meados de janeiro de 2021, com tendência de elevação, a partir desse período. Destaca-se que esse movimento foi verificado desde janeiro de 2020.

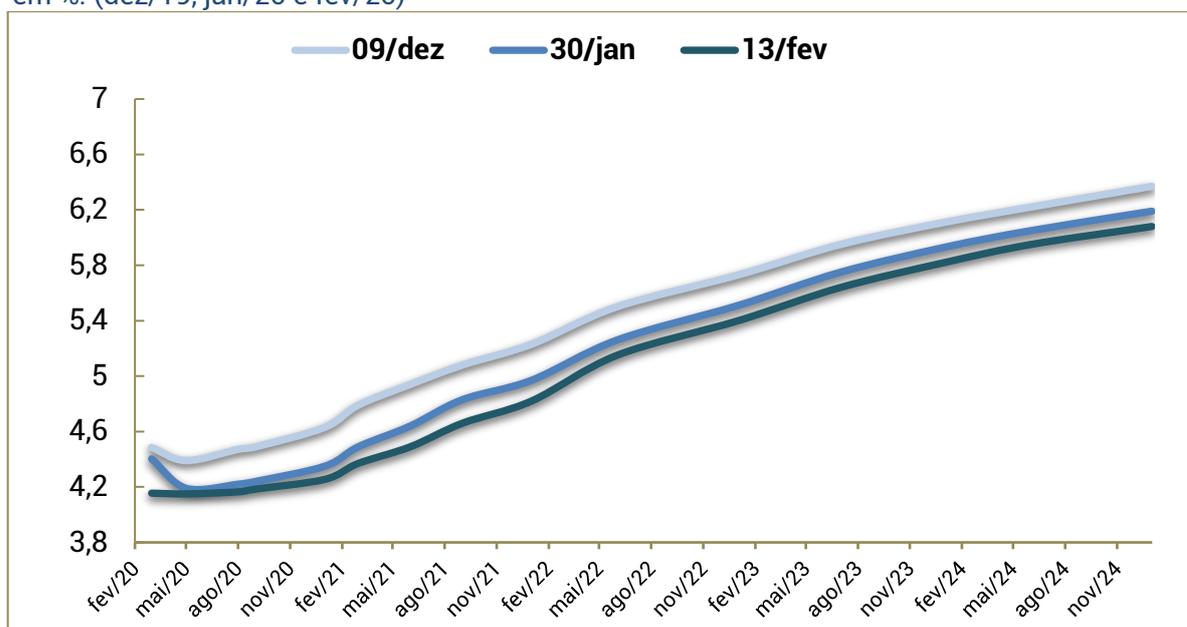
<sup>1</sup> O acumulado de doze meses para os subgrupos não está disponível para comparação entre os anos de 2019 e 2020 devido à mudança metodológica na pesquisa do IPCA, ocorrida em 2020.

<sup>2</sup> Veja mais em: Boletim de Conjuntura Econômica 4º trimestre de 2019, na seção "Câmbio, inflação e juros": <<http://imesc.ma.gov.br/porta1/Post/view/boletim-conjuntura/331>>.

No dia 18 de março de 2020, o Conselho de Política Monetária (COPOM) do Banco Central decidiu pelo corte em 0,25 p.p. na taxa básica de juros da economia, que inaugurou uma nova mínima histórica. Além da redução para 3,75% ao ano, a autoridade monetária indicou cautela na condução da política, ao considerar como estimativa o patamar da taxa de juros atual.

O cenário de desaceleração do crescimento global, retração no preço das *commodities* e volatilidade nos mercados financeiros impõe alerta, cujos impactos do agravamento do COVID-19 em muitos países, inclusive no Brasil, têm uma tendência de elevada contração econômica e ociosidade dos fatores de produção.

Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre fev/20 e jan/25 em %. (dez/19, jan/20 e fev/20)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA (2020)

### 2.1.2 Produto Interno Bruto – PIB

O PIB nacional registrou crescimento de 1,1% em 2019, enquanto, para 2020, os cenários prováveis apontam para uma retração da atividade econômica, provocada pela pandemia da COVID-19

O PIB do Brasil registrou crescimento de 1,1% em 2019, segundo o Sistema Nacional de Contas Trimestrais do IBGE. Esse resultado configura um recuo de 0,2 pontos percentuais, em relação ao crescimento apresentado em 2018 (+1,3%).

Considerando a ótica da demanda, o crescimento da economia brasileira em 2019 foi sustentado principalmente pelo “Consumo das famílias”, dado que este componente possui o maior peso, e registrou avanço de 1,8%, associado a fatores como o barateamento do crédito, a liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e o aumento da massa de rendimento dos ocupados. De acordo com o IBGE, esses fatores não resultaram em um crescimento mais significativo, devido ao fato de o emprego estar muito ancorado na informalidade, que apresenta baixos salários, e de o efeito da liberação do FGTS não ter ido direto ao consumo, pois as famílias estavam endividadas.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) também foi destaque e registrou alta de 2,2% em 2019, influenciada principalmente pelo dinamismo da “Construção Civil” (+1,6%)<sup>3</sup>. Contudo,

<sup>3</sup> Maiores informações na seção de Indústria.

analisando-se o nível de investimentos (15,4%), depreende-se que este patamar mostrou-se insuficiente para propiciar um maior ritmo de crescimento econômico.

Por outro lado, registrou-se retração nos "Gastos do governo" em 0,4%, principalmente nos investimentos públicos<sup>4</sup>, evidenciando a adoção de uma política fiscal contracionista em 2019.

Tabela 1 - Brasil: Variação do PIB Trimestral (em %), acumulada ao longo do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, entre o 4º Tri/2016 e o 4º tri/19

PIB	2016	2017	2018	2019
<b>Ótica da Oferta</b>				
<b>Agropecuária</b>	-5,2	14,2	1,4	1,3
<b>Indústria</b>	-4,6	-0,5	0,5	0,5
Extrativa	-1,2	4,9	0,8	-1,1
Transformação	-4,8	2,3	1,5	0,1
SIUP	6,5	0,9	2,6	1,9
Construção	-10,0	-9,2	-3,8	1,6
<b>Serviços</b>	-2,2	0,8	1,5	1,3
Comércio	-6,6	2,3	2,5	1,8
Transporte, armazenagem e correio	-5,6	1,0	2,2	0,2
Informação e comunicação	-2,0	1,4	0,9	4,1
Ativ. financeiras, seguros e serviços relacionados	-3,4	-1,1	0,0	1,0
Atividades Imobiliárias	0,2	1,3	3,2	2,3
Outros Serviços	-1,3	0,7	1,5	1,3
Administração Pública	0,3	0,1	0,3	0,0
<b>PIB</b>	<b>-3,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,1</b>
<b>Ótica da Demanda</b>				
Consumo das Famílias	<b>-3,8</b>	<b>2</b>	<b>2,1</b>	1,8
Consumo do Governo	0,2	-0,7	0,4	<b>-0,4</b>
FBCF	-12,1	-2,6	3,9	2,2
Exportação	0,9	4,9	4,0	-2,5
Importação	-10,3	6,7	8,3	1,1

Fonte: SCNT/IBGE

Pela ótica da oferta do PIB, os três grandes setores registraram crescimento em 2019, os Serviços com 1,3%, a Agropecuária (+1,3%) e a Indústria avançou 0,5%.

- A variação positiva da Agropecuária relaciona-se às condições climáticas favoráveis, associadas à melhoria de preços durante a fase do plantio, que contribuiram para o crescimento na estimativa anual de produção de algumas lavouras, com destaque para o milho, que registrou crescimento de 23,6% e expressivo ganho de produtividade.
- Na Indústria, o desempenho de 0,5% é considerado fraco. Apesar da notória recuperação da "Construção Civil" (+1,6%) – primeiro resultado positivo após cinco anos consecutivos de queda –, a retração da Indústria Extrativa (-1,1%), relacionada ao desastre em Brumadinho (MG), foi um dos fatores que comprometeu o resultado do setor.
- O subsetor "Indústria de Transformação" registrou variação 0,1%, associada ao menor ritmo de produção, em virtude da crise da Argentina e da frustração de expectativas dos empresários e consumidores, em relação às condições da economia<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Conforme o evidenciado na seção de finanças públicas.

<sup>5</sup> Maiores informações na seção de Indústria.

- Os Serviços, que respondem por mais de 75,0% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do PIB, cresceram 1,3% em 2019. Dessa forma, foi o setor que mais contribuiu para o avanço da economia, ao registrar taxas positivas em todas os seus subsetores. "Informação e comunicação" (+4,1%) e "Atividades imobiliárias" (+2,3%) foram os ramos que mais influenciaram o desempenho do setor terciário.

Em relação ao PIB *per capita*, verificou-se expansão de apenas 0,3% em termos reais, alcançando R\$ 34.533. Destaca-se que, para haver um melhor desempenho no indicador no país, é importante a performance da variável de produtividade do trabalho. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o país fechou o ano 2019 com um recuo de 1% no indicador de produtividade do trabalho, piora que está relacionada, principalmente, ao setor de Serviços, que responde por 71% das horas trabalhadas no país, e registrou queda de 1,3% da produtividade por hora trabalhada no mesmo período de comparação (anual).

O indicador IBC-Br do Banco Central, que funciona como uma *proxy* do PIB, registrou alta de 0,24% em janeiro de 2020, após dois meses de declínio. Entretanto, esse resultado ainda não reflete os efeitos da pandemia do Coronavírus.

Em relação ao cenário provável de retração na atividade econômica em 2020, todos os componentes do PIB devem ser afetados. Contudo, destacam-se três rubricas que podem ser fortemente afetadas em 2020, em virtude das medidas de isolamento social decretadas pelos governos estaduais no Brasil e no mundo, diante do COVID-19:

- O "Consumo das famílias" deverá ser afetado por uma provável retração nos Serviços, diante pela suspensão da atividade de empresas dos subsetores de atividade considerados não essenciais, demissões provenientes dos três setores da economia e provável queda na massa de rendimentos dos ocupados em 2020.
- O canal de transmissão desse choque econômico internacional (pandemia) deve influenciar diretamente em uma queda nas exportações brasileiras, em virtude da expectativa de queda no comércio mundial e nas importações. A Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê um recuo entre 13% e 32% nas exportações e importações mundiais.
- A FBCF é outro componente que pode ser bastante afetado, em virtude da expectativa de queda: i) da produção interna, motivada pelo possível adiamento de decisões de investimento; ii) das importações de bens de capital, em função do provável corte de investimentos nesse segmento em 2020.

Segundo a Revista de Conjuntura Econômica/FGV (edição de abril), há um grande nível de incerteza, quanto às previsões acerca do comportamento do PIB e do grau em que a economia brasileira será impactada. Contudo, estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta três cenários possíveis, cujos custos em termos de PIB são maiores, à medida que maior for a duração das medidas de isolamento social, haja vista os riscos de falências e de demissões, provocando perda muito grande (ou total) de faturamento das empresas.

Tabela 2 - Previsões de crescimento do PIB condicionadas a três cenários para o tempo de duração do isolamento

Período	Tempo necessário de duração de medidas de isolamento social (a contar de abril)		
	Cenário 1 (Um mês)	Cenário 2 (dois meses)	Cenário 3 (Três meses)
2020	-0,4	-0,9	-1,8
2021	2,7	2,8	3,1

Fonte: Adaptado de IPEA (2020)

### 2.1.3 Agricultura

Para 2019 e 2020, as estimativas são de safras recordes de grãos para o Brasil

A produção estimada de grãos no Brasil, em 2019, foi de safra recorde, com o quantitativo de 241,5 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção (LSPA) realizado em dezembro pelo IBGE. Esse resultado representa um aumento de 6,6% na produção, em comparação a 2018<sup>6</sup> (226 milhões de toneladas).

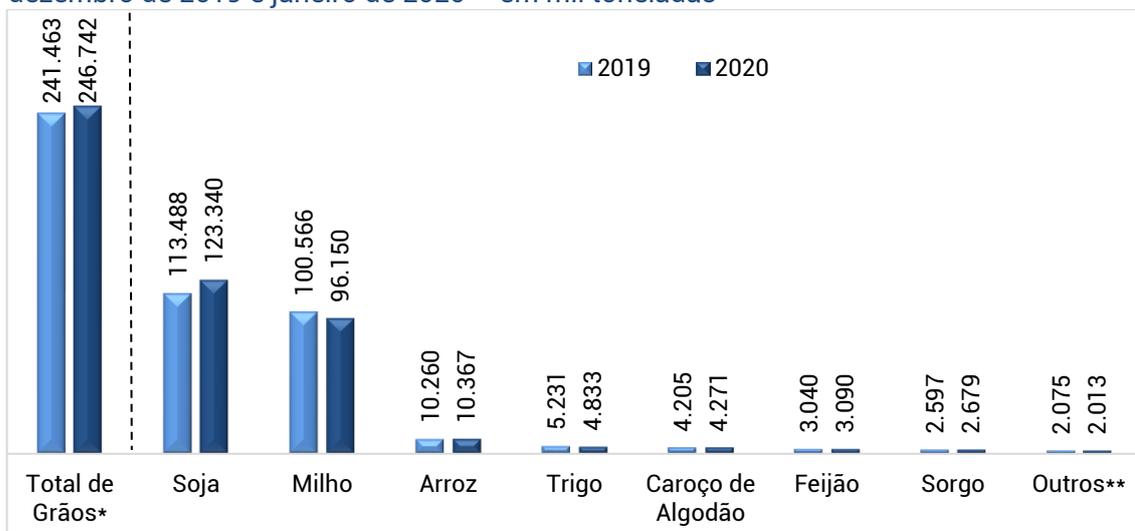
- A produção de soja foi de 113,5 milhões de toneladas, 3,7% menor que a de 2018. Apesar do aumento na área colhida, um período de pouca chuva no final do ciclo da cultura, nos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, afetou a produtividade da safra, a qual apresentou recuo de 6,2% na esfera nacional.
- O milho apresentou variação de 23,6% na produção estimada em dezembro de 2019, em comparação com 2018. A segunda safra foi a grande responsável pelo crescimento do plantio, apresentando rendimento médio 20,9% superior ao verificado no ano 2018, devido, sobretudo, às chuvas que favoreceram o desenvolvimento das plantas.
- O arroz apresentou decréscimo no levantamento de dezembro, associado ao de outubro de 2019 (-65 mil/t), em função da perda de 0,9% no rendimento médio da lavoura.
- O algodão foi a cultura que apresentou maior crescimento na produção (39,8%), atingindo patamar recorde de 6,9 milhões de toneladas. O caroço de algodão, que corresponde a 61% do peso, segundo metodologia do IBGE, alcançou cerca de 4,2 milhões de toneladas.
- Quanto à cana-de-açúcar, registrou-se queda de 11% em 2019, decorrente, sobretudo, da diminuição da área plantada (-5,9%), em função da renovação dos canaviais.
- Já a mandioca registrou 19 milhões de toneladas, -2,1% no comparativo interanual, devido, principalmente, à redução da produção baiana. Destaca-se, ainda, que o plantio e a colheita das raízes têm sido desestimulados em razão dos preços baixos.

Em 2020, o Brasil deverá colher 246,7 milhões de toneladas de grãos, 2,2% a mais que em 2019. A soja deverá apresentar a maior variação, fazendo com que o Brasil assuma a primeira colocação no *ranking* de maiores produtores mundiais da *commodity*. O milho, por sua vez, deverá registrar diminuição em torno de 4 milhões de toneladas, uma vez que a janela de plantio da segunda safra será menor.

---

<sup>6</sup> Dados de 2018 referentes ao LSPA realizado em dezembro.

Gráfico 4 - Brasil: Estimativa da produção de grãos\* acompanhada pelo LSPA – entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020 – em mil toneladas



Fonte: LSPA/IBGE \*Cereais, leguminosas e oleaginosas \*\*Amendoim, aveia, centeio, cevada, girassol, mamona e triticales

De acordo com o indicador de preços da soja do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea)<sup>7</sup>, o preço do referido grão registrou aumento de 13,7% no mês de janeiro de 2020, em comparação ao mesmo período do ano passado. Já o milho apresentou alta de 31,7% na mesma base de comparação, impulsionando o plantio da primeira safra do cereal, que deverá crescer 3,6% em área colhida.

#### 2.1.4 Indústria

Produção industrial recuou 1,1% em 2019, influenciada pelo resultado negativo do setor extrativo

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), a produção industrial nacional recuou 1,1%, no acumulado do ano de 2019, interrompendo, dessa forma, dois anos consecutivos de crescimento: 2,5% em 2017 e 1% em 2018.

Tabela 3 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em dezembro de 2019, em 12 meses e comparação interanual: mensal, acumulado do ano

Categoria de uso	% contra mês anterior*			% contra igual mês do ano anterior	Anual		
	out/19	nov/19	dez/19		2017	2018	2019
<b>Indústria geral</b>	<b>1</b>	<b>-1,7</b>	<b>-0,7</b>	<b>-1,2</b>	<b>2,5</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,1</b>
Ind. extrativa	-1,3	-1,7	-1,4	-12,2	4,5	0,0	-9,7
Ind. de transformação	1,2	-1,6	-0,6	0,7	2,2	1,1	0,2

Fonte: PIM-PF/IBGE

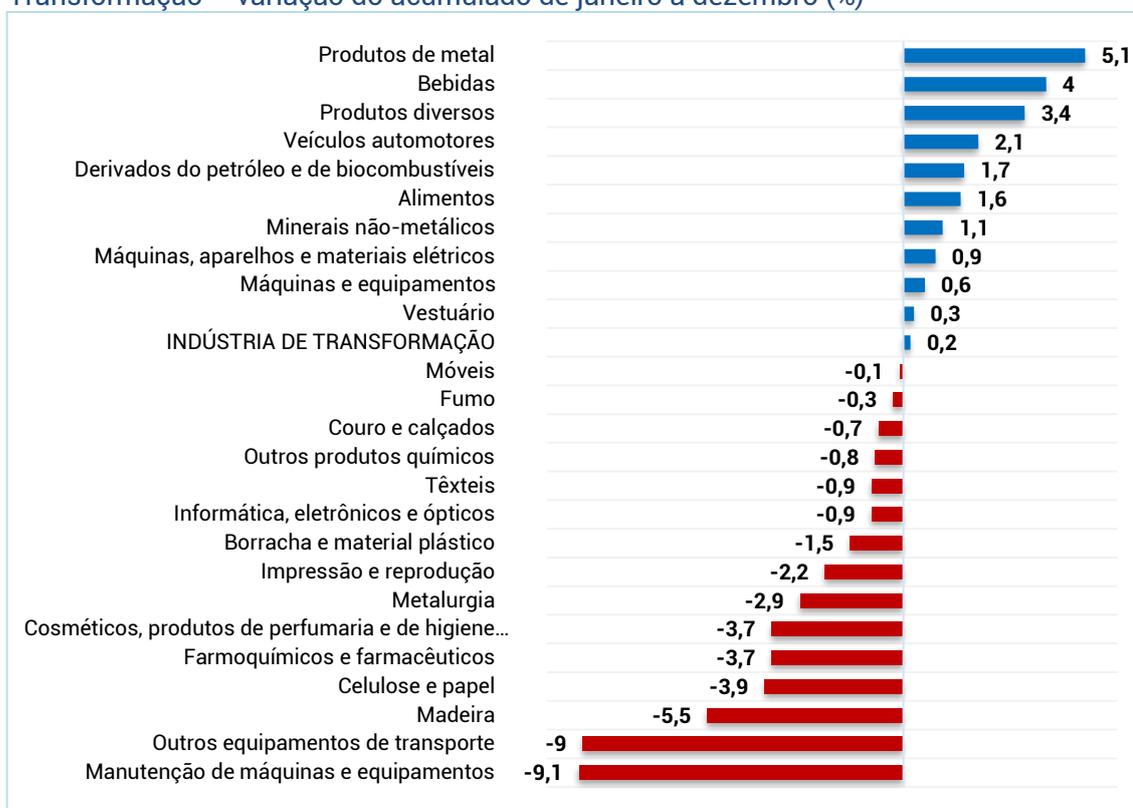
A produção em 2019 foi impactada, sobretudo, pelo resultado negativo do setor extrativo, que registrou queda de 9,7% no ano, o pior desempenho desde 2003, afetado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério em Brumadinho (MG). Segundo o IBGE, caso a Indústria Extrativa fosse retirada do cálculo, a variação da produção industrial seria de 0,2% em 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/soja.aspx>>.

Em se tratando da Indústria de Transformação, pesaram as incertezas em torno da disputa comercial entre EUA e China, a alta taxa de desocupação no país, além da redução nas exportações para a Argentina, principal mercado consumidor de automóveis brasileiros.

A Indústria de Transformação apresentou perdas em 15 dos 25 ramos destacados. As principais contribuições negativas, considerando o peso da atividade, foram assinaladas pelos seguintes ramos: "metalurgia" (-2,9%), "celulose e papel" (-3,9%), "manutenção de máquinas e equipamentos" (-9,1%), "produtos farmoquímicos e farmacêuticos" (-3,7%) e "produtos de madeira" (-5,5%). Por outro lado, entre as dez atividades que apontaram ampliação na produção, as principais influências no total da indústria foram registradas por "alimentos" (1,6%), "veículos automotores" (2,1%), "derivados do petróleo e biocombustíveis" (1,7%), "produtos de metal" (5,1%) e "bebidas" (4,0%).

**Gráfico 5 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação – variação do acumulado de janeiro a dezembro (%)**



Fonte: PIM-PF/IBGE

Na abertura por categorias de uso, registraram-se quedas consecutivas desde abril de 2019, com trajetória associada ao declínio do índice de confiança do empresário industrial ao longo do ano. Em 2019, a categoria apresentou queda de 0,4%. Esse recuo foi disseminado entre as atividades que a compõem, tais como: "bens de capital para equipamentos de transportes" (-19,5%) e "equipamentos para atividade agrícola e industrial" (-11%). Por outro lado, ressalta-se o desempenho dos bens de capital voltados para a "Construção", que variou 3,7% no comparativo interanual do ano, refletindo o bom desempenho da Indústria de Construção em 2019, atrelada ao segmento imobiliário.

Tabela 4 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em dezembro de 2019, em 12 meses e comparação interanual: mensal, acumulado do ano

Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			% contra igual mês do ano anterior	2017	2018	2019
	out/19	nov/19	dez/19				
	<b>Indústria geral</b>	<b>1</b>	<b>-1,7</b>				
Bens de capital	-1,4	-1,3	-8,8	-5,9	6,2	7,1	-0,4
Bens intermediários	0,1	-1,7	0,1	-2,1	1,7	0,1	-2,2
Bens de consumo	1,6	-2	-1,4	1,3	3,2	1,3	1,1
Bens de consumo duráveis	1,3	-3,1	-2,7	1,6	13,2	7,9	2
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1	-0,7	-1,4	1,2	0,9	-0,3	0,9

Fonte: PIM-PF/IBGE

A produção de Bens Intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo, quando comparado ao acumulado do ano anterior, apresenta queda de 2,2%, influenciado negativamente ao longo do ano pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

O resultado positivo ficou por conta do segmento de “Bens duráveis”, no comparativo entre os acumulados de 2019 e 2018. A produção do segmento mostrou avanço de 2,0%, impulsionada, em grande parte, pela maior fabricação de eletrodomésticos da “linha branca” (10,7%). A categoria de “Bens de Consumo semiduráveis e não duráveis”, que reflete o consumo diário das famílias, avançou 0,9% no acumulado do ano, capitaneada pela “Indústria de alimentos e bebidas elaborados” (2,6%).

Ademais, é importante citar que, embora a queda de 1,1% na produção industrial brasileira, em 2019, possa ser atribuída ao desempenho negativo da Indústria Extrativa e ao fraco desempenho da Indústria de Transformação, ainda pesa o fator estrutural sobre o setor industrial brasileiro, que reflete na sua falta de competitividade: mesmo em um quadro de juros baixos e câmbio desvalorizado, a indústria brasileira enfrenta dificuldades para competir com outros mercados. Segundo a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), em 2019, o volume de bens finais importados cresceu 2,4%. Nessa mesma perspectiva, ainda se insere o desempenho da categoria “Bens de capital”, que apresentou recuo 0,4%, refletindo o baixo investimento.

### 2.1.5 Comércio

**O volume de vendas do comércio varejista ampliado do país fecha o ano de 2019 com um crescimento de 3,9%**

O comércio varejista ampliado registrou crescimento de 3,9%, no ano de 2019, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE. Esse crescimento pode ser atribuído, principalmente, à expansão de 10% de aumento das vendas de “veículos, motos, partes e peças” e de 0,4% das vendas de “hipermercados e supermercados”.

A melhoria das vendas é explicada, principalmente pela entrada de recursos na economia no segundo semestre com os saques da conta do FGTS, a partir de setembro, e a concessão de crédito à pessoa física, estimulada por taxas de juros reduzidas.

Os recursos do FGTS no segundo semestre somaram R\$ 15,2 bilhões apenas nas três primeiras rodadas de liberação, segundo o Sistema de Informações de Créditos do Banco Central (SCR), embora apenas 44% desse valor tenham sido sacados até o final de dezembro. Somam-se a isso os juros praticados no comércio de 4,84% em dezembro, sendo essa a menor taxa de juros desde novembro de 2014, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC).

Tabela 5 - Brasil: Indicadores (%) do Volume de vendas, segundo as atividades de divulgação em dezembro de 2019

Atividades	Mensal			Anual	Acum.	12	Participação no Varejo ampliado
	out.19	nov.19	dez.19	dez.19	Ano 2019	meses	
Comércio Varejista Ampliado (a, b e	0,7	-0,6	-0,8	4,1	3,9	3,9	100,0
Veículos, motocicletas, partes e	2,0	-1,6	-4,0	9,3	10,0	10,0	24,2
peças (a)							
Material de construção (b)	2,0	-0,1	-1,1	5,1	4,3	4,3	8,9
Comércio Varejista Restrito (c)	0,1	0,7	-0,1	2,6	1,8	1,8	-
Combustíveis e lubrificantes	1,5	-0,3	-0,4	-1,0	0,6	0,6	8,3
Hiper., super., prod. Alim., beb. e	-0,1	0,1	-1,2	-2,9	0,4	0,4	30,5
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	-0,1	-1,0	-0,1	0,1	0,1	6,2
Móveis e eletrodomésticos	0,5	1,3	3,4	18,6	3,6	3,6	7,4
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	1,2	4,2	-2,0	7,1	6,8	6,8	5,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,6	-5,3	11,6	1,5	-20,7	-20,7	0,6
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	5,5	2,7	-10,9	1,4	0,8	0,8	0,9
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,4	1,2	-0,1	12,9	6,0	6,0	7,8

Fonte: PMC, IBGE

Embora o crescimento do ano de 2019 tenha sido positivo, observa-se que a variação mensal de dezembro de 2019 apresentou resultado negativo em 8 de 10 atividades pesquisadas. A exceção é o segmento de "Móveis e eletrodomésticos" que cresceu 3,4% e o segmento "Livros, jornais, revistas e papelaria" que cresceu 11,6%.

A queda do volume de vendas na variação mensal pode ser explicada pelo deslocamento de consumo planejado que seria para o natal, antecipando-se para a Black Friday, ocorrida em novembro. Dessa forma, enquanto as vendas de novembro são impulsionadas por esse evento que ofereceu descontos e facilidades de pagamento com apelo cada vez maior junto ao consumidor, o resultado de dezembro experimentou redução, em face de o consumo de bens de maior valor agregado planejado pelas famílias ter se realizado no mês anterior.

Para o mês de janeiro de 2020, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) aponta para uma manutenção da queda no volume de vendas, com redução 1,31%, em relação a dezembro de 2019, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa queda na intenção de consumo pode ter como explicação o maior comprometimento das receitas com gastos programados para o início do ano pelas famílias (como pagamentos de impostos, taxas anuais e materiais escolares) e o nível insuficiente de geração de novos postos de trabalho.

## 2.1.6 Serviços

O volume de serviços cresceu 1% em 2019, registrando a primeira alta em cinco anos

Segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o volume de serviços fechou o ano de 2019 com crescimento de 1%, aumento de 4,5% nas receitas nominais. Contribuiu para esse crescimento o bom desempenho do segmento "Serviços de informação e comunicação", que cresceu 3,3% em volume e 3,9% em receitas nominais. Esse desempenho foi influenciado, em grande parte, pela oferta de pacotes mais completos que atraíram mais clientes e pela redução da inadimplência no segmento que contribuiu para o retorno de clientes que estavam negativados.

O segmento "Transportes, serviços auxiliares ao transporte e correio", que possui o maior peso (31,2%), caiu 2,5% em 2019, indicando perda de ritmo, em relação aos resultados anteriores, que pode ser verificado pela redução de fretes em dezembro. A queda de fretes está ligada à redução da compra de insumos por empresas comerciais, tendo em vista a programação de seus estoques para o início do ano.

Tabela 6 - Brasil: Indicadores (%) do Volume de serviços, segundo as atividades de divulgação em dezembro de 2019

Atividades	Peso das Atv.	Var. Mensal		Var. Interanual (2019/2018)	2019
		nov/19	dez/19		
<b>Volume de Serviços - Brasil</b>	<b>100</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,4</b>	<b>1,6</b>	<b>1,0</b>
<b>Serviços prestados às famílias</b>	<b>8,2</b>	<b>-2,1</b>	<b>-1,3</b>	<b>-3,2</b>	<b>2,6</b>
Serviços de alojamento e alimentação	-	-2,6	-0,8	-2,8	2,8
Outros serviços prestados às famílias	-	-0,7	-4,9	-5,9	1,5
<b>Serviços de informação e comunicação</b>	<b>30,4</b>	<b>-0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>3,2</b>	<b>3,3</b>
Serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	-	0,2	0,6	3,3	3,7
Telecomunicações	-	0,1	-0,8	-1,6	-0,8
Serviços de tecnologia da informação	-	0,4	3,4	11,2	13
Serviços audiovisuais	-	-2,1	-0,7	2,6	0,5
<b>Serviços profissionais, administrativos e complementares</b>	<b>23,1</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,3</b>	<b>2,3</b>	<b>0,7</b>
Serviços técnico-profissionais	-	-0,1	-1,7	9,3	3,1
Serviços administrativos e complementares	-	-0,5	-1	-0,5	-0,2
<b>Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio</b>	<b>31,2</b>	<b>-0,9</b>	<b>-1,5</b>	<b>-1,4</b>	<b>-2,5</b>
Transporte terrestre	-	-2,3	-3,7	-6,1	-2,7
Transporte aquaviário	-	1,4	-1,8	3,1	2,7
Transporte aéreo	-	-3,2	9,1	12,6	-5,3
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-	-1,3	0,2	2,2	-2,5
<b>Outros serviços</b>	<b>7,1</b>	<b>2,2</b>	<b>3,4</b>	<b>11,3</b>	<b>5,8</b>

Fonte: PMS, IBGE.

Em relação ao Índice de Confiança de Serviços, registrou-se 96.1 pontos em dezembro de 2019, sendo essa a segunda alta consecutiva em sua variação mensal (1,1%) e alta em relação ao mesmo período do ano passado (1,5%). Esse desempenho pode ter sido ancorado pelo bom resultado do segmento "Serviços de informação e comunicação", que cresceu 0,4% em volume e 0,9% em receitas nominais, ambos na variação mensal. Dentro desse segmento, o maior destaque ocorreu na atividade "Serviços de tecnologia da informação", que cresceu 3,4% em volume e 4,6% em receitas nominais, na variação mensal.

### 2.1.7 Crédito

[Com o intuito aumentar disponibilidade de crédito, o Banco Central muda regra do compulsório em fevereiro de 2020, liberando o equivalente a R\\$ 49 bilhões, a partir de 16 de março](#)

O estoque de crédito destinado a pessoas físicas registrou aumento real de 8,6% em outubro de 2019, em comparação com igual mês do ano anterior, alcançando R\$ 1.952,58 bilhões. O crescimento desse estoque está concentrado em linhas que possuem garantias associadas, como o crédito consignado, aquisição de veículos e financiamentos imobiliários.

Sustentaram esse crescimento dos saldos destinados à pessoa física o incremento da massa salarial da economia e alguma melhora nas condições de crédito, como juros em queda e prazos mais dilatados em algumas operações de financiamento.

A perspectiva para 2020 é de continuidade desse cenário mais favorável para o crédito destinado às famílias, ainda que esse aumento não seja disseminado entre todos os estratos de renda da sociedade, em razão do elevado patamar do desemprego e da lenta melhora nas condições do mercado de trabalho.

O Banco Central do Brasil reduziu, no dia 20 de fevereiro de 2020, a alíquota de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo de 31% para 25%, sendo que essa ação faz parte do planejamento interno da Instituição para aumentar a liquidez do sistema financeiro.

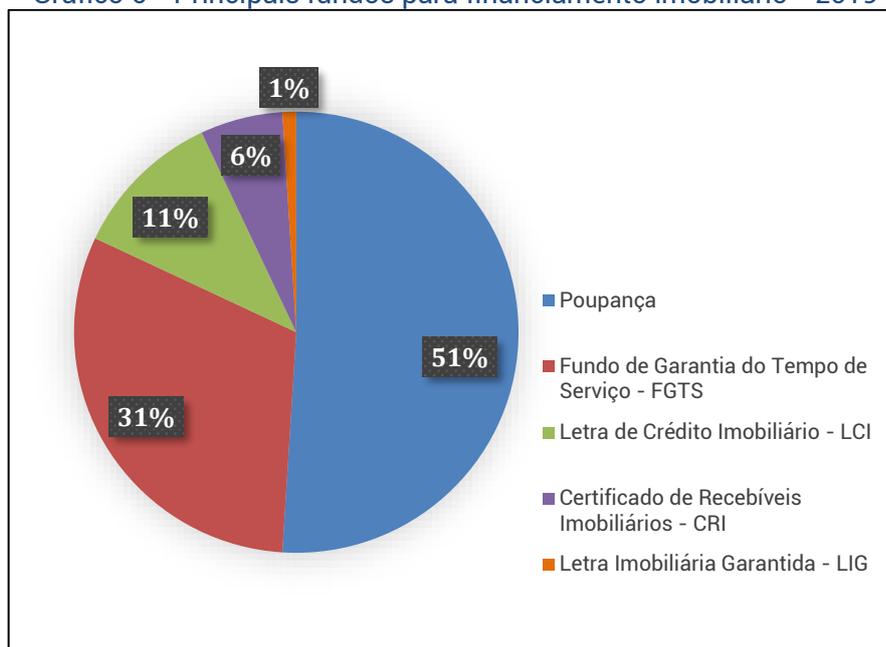
### 2.1.8 Financiamento Imobiliário

[Queda dos juros fomenta o mercado imobiliário em 2019](#)

Em 2019, o mercado de financiamento imobiliário brasileiro viveu um ambiente de alta que estava associado a um quadro de inflação e juros baixos, recuperação do emprego formal, crédito atrativo para o setor de construção, maior competição interbancária, financiamento facilitado e alternativas de linhas de crédito. De fato, fatores como as maiores opções de modalidades de crédito, a portabilidade interbancária e os juros favoráveis representam um grande impulso ao desejo de adquirir imóveis. Conforme cálculo da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), a cada queda de 1% nos juros de financiamento de imóveis, a demanda aumenta, em média, 16%.

Atualmente, os recursos para financiamento de imóveis são arrecadados da seguinte forma:

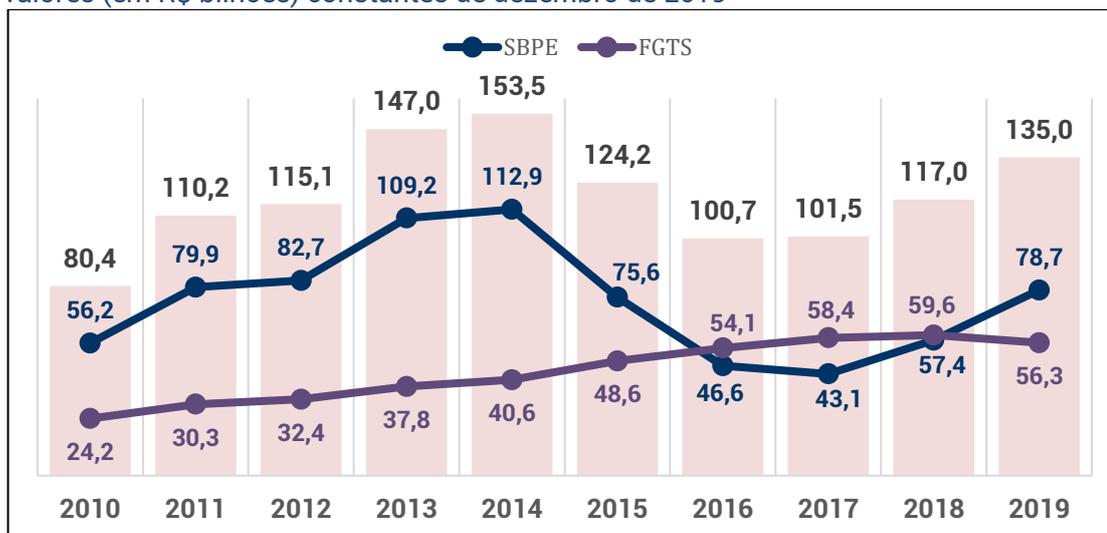
**Gráfico 6 - Principais fundos para financiamento imobiliário - 2019**



Fonte: ABECIP

Dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) indicam que o financiamento imobiliário, considerando os dois principais fundos, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), apresentou crescimento de 15,4% no comparativo entre 2019 e 2018. Considerando apenas os créditos tomados no SBPE, que opera com recursos da poupança, o resultado foi de R\$ 78,7 bilhões em 2019, aumento de 37,1% em relação a 2018. Por outro lado, as concessões de empréstimos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caíram 5,5% no período.

Gráfico 7 - Crédito Imobiliário - Recursos oriundos do SBPE e FGTS - 2010 a 2019 – valores (em R\$ bilhões) constantes de dezembro de 2019



Fonte: Abecip

Conforme dados da Abecip, a recuperação do mercado imobiliário está sendo impulsionada pelos imóveis usados. Em 2019, o financiamento desse tipo de unidade avançou 77%, trajetória que expande a liquidez para o mercado e contribui para reduzir a diferença de preços entre novos e usados. Segundo divulgação da Abrainc, o total de imóveis novos vendidos entre janeiro e novembro de 2019 somou 103,4 mil, representando uma queda de 1,1% em relação a 2018. No entanto, descontados os imóveis distratados, o resultado foi de alta (9,4%). Ressalta-se que com a Lei do Distrato<sup>8</sup>, o percentual de desistências declinou 8,0 p.p., efeito que intensificou novos investimentos no ano.

Com efeito, em 2019, a “Construção Civil” obteve desempenho favorável, respondendo por 11% do total de novos empregos com carteira assinada no Brasil, o melhor resultado para a construção desde 2013, e com crescimento de 1,3% do Valor Adicionado do subsetor, entre o segundo e o terceiro trimestre de 2019, com estimativa para o ano de 2019 de crescimento de 2%, segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon). Ainda confirmando a alta, as vendas de cimento – insumo “termômetro” da construção civil – terminou 2019 com um total de 54,5 milhões de toneladas vendidas, um aumento de 3,5% sobre o ano anterior, o primeiro resultado positivo desde 2014, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC).

Ademais, destaca-se que em um contexto no qual o segmento econômico, focado no programa “Minha Casa, Minha Vida”, convive com falta de recursos e obras paralisadas, condições mais atraentes de financiamento dentro do sistema bancário estimulam, especialmente, o mercado de média renda. Em todas as comparações, o crescimento dos valores financiados pelo SBPE foi maior do que a variação de imóveis, significando que os valores por unidades financiadas foram mais altos em 2019. Esse fato reforça que o aquecimento recente entre os “usados” não é generalizado, mas limitado ao segmento de imóveis de médio e alto padrão.

## 2.2 Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

### 2.2.1 Balanço de Pagamentos

<sup>8</sup> Para maiores informações, acessar: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13786.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13786.htm)>.

## Saldo das Transações Correntes registra piora em 2019, contudo Investimentos Estrangeiros Diretos compensam o déficit

O Brasil registrou déficit corrente de US\$ 50,8 bilhões no ano de 2019, um aumento de 22%, quando comparado ao ano anterior. Esse resultado decorreu principalmente da diminuição do saldo da Balança Comercial de Bens, que foi 25,7% menor que no mesmo período de 2018. Com isso, o resultado das Transações Correntes alcançou 2,8% do PIB, maior valor desde 2015 (3,0%).

Tabela 7 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019 (US\$ bilhões)

Discriminação	Acumulado do ano		Var. % 19/18
	2018	2019	
<b>TRANSAÇÕES CORRENTES</b>	<b>-41,5</b>	<b>-50,8</b>	<b>22,2%</b>
Balança Comercial (Bens e Serviços)	17,3	4,3	-75,4%
Balança Comercial – Bens	53,0	39,4	-25,7%
Balança Comercial – Serviços	-35,7	-35,1	-1,7%
Renda Primária	-58,8	-56,0	-4,8%
Renda Secundária	0,0	1,0	3318,3%
<b>CONTA CAPITAL + FINANCEIRA</b>	<b>-42,0</b>	<b>-52,7</b>	<b>25,5%</b>
Conta Capital	0,4	0,4	-16,0%
Conta Financeira	-42,4	-53,1	25,1%
Investimento Direto (IDE-IDP)	-76,1	-56,5	-25,8%
Investimento Direto no Exterior	2,0	22,1	990,9%
Investimento Direto no País	78,2	78,6	0,5%
Investimento em Carteira	6,9	26,2	281,8%
Outros Investimentos	21,2	1,6	-92,4%
<b>TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,8%</b>	<b>25,2%</b>
<b>RESERVAS INTERNACIONAIS</b>	<b>374,7</b>	<b>356,9</b>	<b>-4,8%</b>

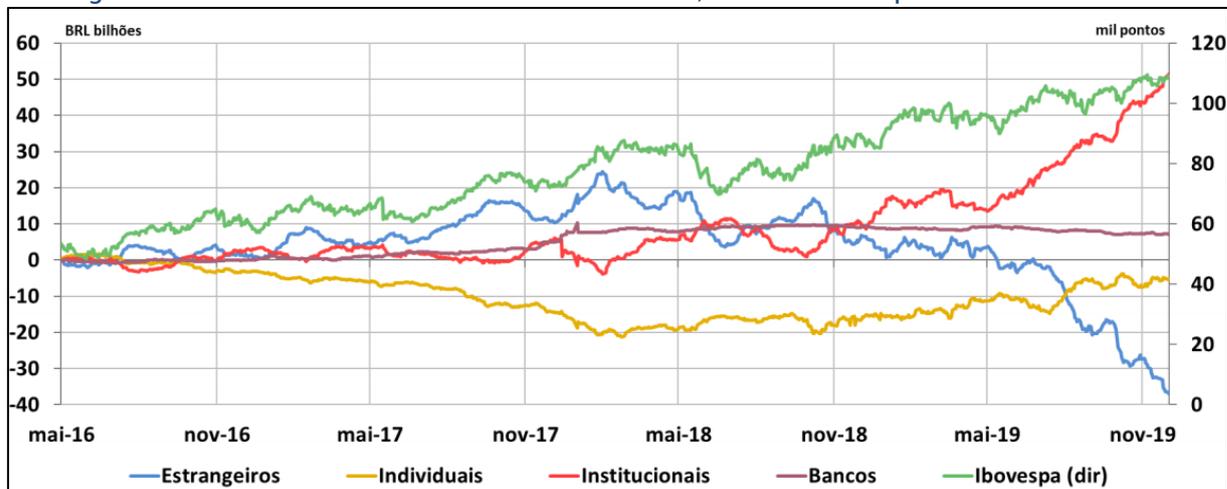
Fonte: Banco Central do Brasil

- A Conta Financeira registrou crescimento de 25,1% na comparação interanual, devido, principalmente, às rubricas de “Investimento Direto no Exterior”, “Investimento em Carteira” e “Outros Investimentos”.
- Os Investimentos Diretos no Exterior (IDE) registraram expressivo crescimento, passando de cerca de US\$ 2 bilhões em 2018 para mais de US\$ 22 bilhões no ano passado. Uma maior participação dos residentes brasileiros no capital de empresas estrangeiras, aliada a um aumento no reinvestimento dos lucros, contribuíram para esse resultado.
- Os investimentos estrangeiros em carteira apresentaram saída líquida de US\$ 11 bilhões em 2019, contribuindo para que a rubrica de “Investimentos em Carteira” registrasse uma saída total de US\$ 26,2 bilhões. Além disso, uma maior aquisição de ações e títulos de dívidas estrangeiros por parte de residentes brasileiros intensificou a alocação desses recursos fora do país.
- Vale destacar que, em 2019, o fluxo de saída de investidores estrangeiros da bolsa de valores brasileira foi o maior desde o início da série histórica, em 1994<sup>9</sup>. Isso decorreu, dentre outros fatores, da aversão ao risco que se manteve elevada durante boa parte do ano por conta da guerra comercial entre EUA e China, do impasse do Brexit e da crise argentina, principalmente. A frustração com o andamento das reformas e com a aceleração do crescimento do país também contribuiu para que os investidores não

<sup>9</sup>Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/01/03/saida-de-estrangeiro-da-bolsa-atinge-marcas-ineditas.ghtml>>.

residentes buscassem outros destinos ao seu capital. Ressalta-se que esse movimento não impediu o resultado nominal recorde da Bolsa de Valores, com a participação cada vez maior de investidores locais.

Figura 1 - Brasil: Fluxo acumulado de investidores; Bolsa x Ibovespa - mai/16 a nov/19



Fonte: B3; Elaboração: Banco Central do Brasil

- Na conta "Outros Investimentos", uma diminuição maior na saída de capital de empréstimos estrangeiros do que na entrada ajudou a diminuir o saldo de US\$ 21,2 bilhões para US\$ 1,6 bilhões.
- Os Investimentos Diretos no País (IDP) totalizaram US\$ 78,6 bilhões, apresentando estabilidade na comparação com o ano anterior. Isso fez com que a Necessidade de Financiamento Externo atingisse US\$ 27,8 bilhões, indicando que o IDP é mais que suficiente para financiar o déficit corrente.
- As reservas internacionais fecharam o ano em um patamar 4,8% menor que no ano anterior, totalizando US\$ 356,9 bilhões. Parte do resultado deveu-se ao movimento de utilização de reservas feito pelo Banco Central para diminuir o percentual da dívida bruta do Governo Geral em relação ao PIB. Esse movimento reduziu em 1,94 ponto percentual do PIB o indicador da dívida<sup>10</sup>.

## 2.2.2 Commodities

Cotação de commodities: carne bovina teve a maior apreciação em 2019, mas terminou o ano com perspectiva de baixa

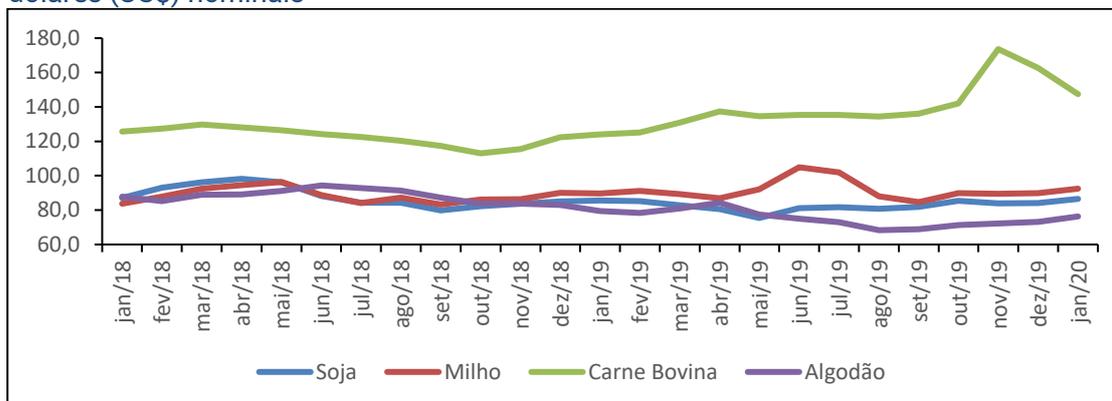
A cotação da carne bovina no mercado internacional em 2019 foi 13,6% maior que em 2018, na média do ano. Esse fato foi consequência principalmente do aumento de demanda da China, que atingiu seu ápice em novembro, quando o preço chegou a ficar 50% mais caro que no mesmo mês do ano anterior. Nos últimos meses, o preço tem retornado a um patamar mais baixo, uma vez que os consumidores demonstraram resistência aos preços elevados, além das ações postas em prática pelo governo chinês para controlar a inflação<sup>11</sup>.

O algodão, por sua vez, recuperou parte do dinamismo no fim do ano, assim como o milho e a soja. Contudo, esse produto ainda ficou 14,8% mais barato em 2019 na comparação com 2018, em grande parte devido à guerra comercial entre EUA e China.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/31/divida-bruta-tem-1a-queda-desde-2013-com-venda-de-reservas-e-antecipacao-do-bndes.ghtml>>. Para mais informações, consultar a seção de Finanças Públicas.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/01/22/china-derruba-rentabilidade-dos-frigorificos.ghtml>>.

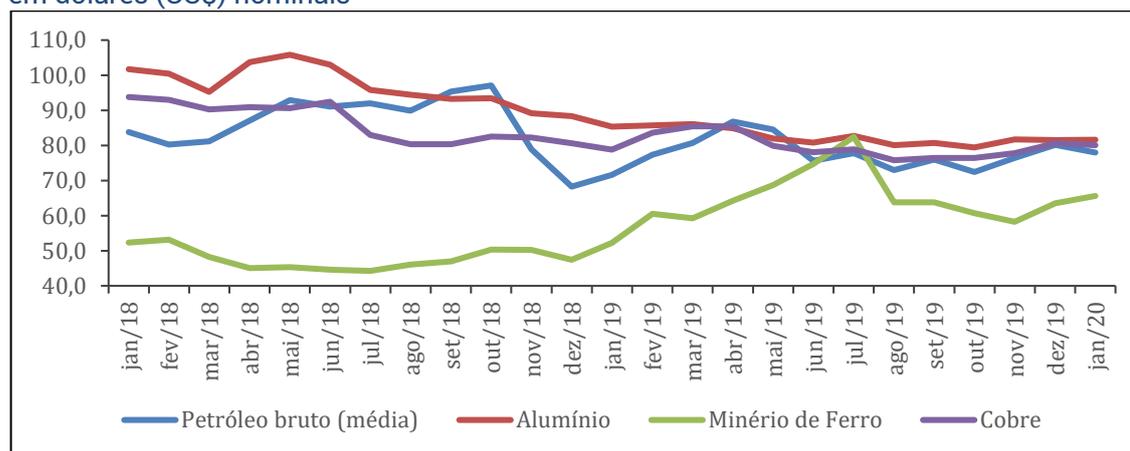
Gráfico 8 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão de janeiro de 2018 até janeiro de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

A cotação do minério de ferro teve alta de 34,5% em 2019 no mercado internacional, causada principalmente pela paralisação parcial na produção da Vale, após o desastre em Brumadinho (MG) e pelos impactos do ciclone Verônica na produção australiana no início do ano. O alumínio e o cobre mantiveram-se em patamar mais baixo do que no ano anterior, apesar de não terem sofrido grandes oscilações. O petróleo indicou uma valorização no início do ano, porém registrou uma média de preços 10,2% menor no ano. De modo geral, a frustração com o nível de atividade no cenário internacional fez com que os preços das *commodities* minerais se mantivessem em um patamar inferior ao de 2018. No início de 2020, a influência da disputa pelo mercado de petróleo está reduzindo os preços da *commodities*, fato que é agravado pelo impacto mundial da pandemia do Coronavírus.

Gráfico 9 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 até janeiro de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

### 2.2.3 Balança Comercial

#### Saldo da Balança Comercial Brasileira alcançou US\$ 48,0 bilhões em 2019

Na Balança Comercial Brasileira, foi registrado saldo de US\$ 48,0 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, valor 17,2% menor que o registrado no ano anterior. A categoria de "Bens de capital" (-23,5%) foi a que apresentou a maior redução nas exportações brasileiras,

decorrente, especialmente, da queda nas exportações de aviões (rubrica Outros Aviões) e de plataformas de perfuração/exploração, que variaram -10% e -5%, respectivamente.

Tabela 8 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2015 até 2020\*, valores em US\$ milhões e variação em percentual (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2015	190.971	-15,1	-171.459	-25,2	19.512	-569,8	362.430
2016	185.232	-3,0	-137.586	-19,8	47.683	144,4	322.787
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	40,5	368.489
2018	239.264	9,9	-181.231	20,2	58.033	-13,4	420.495
2019	225.383	-5,8	-177.348	-2,1	48.036	-17,2	402.731
2019*	18.002	-	-16.388	-	1.614	-	34.390
2020*	14.440	-19,8	-16.175	-1,3	-1.735	-207,5	30.615

Fonte: Ministério da Economia; \*Acumulado do ano até janeiro

A categoria de "Bens de Consumo Duráveis" (-22,5%) também impactou negativamente as exportações, devido, sobretudo, à grave crise econômica enfrentada pela Argentina. Em termos de participação, os principais produtos vendidos pelo Brasil em 2019 foram soja (11,6%), óleos brutos de petróleo (10,7%) e minérios de ferro (9,0%).

Já as importações registraram queda de 2,1%, em especial na categoria "Bens de Capital" (-11,8%). Os principais produtos importados em 2019 foram óleo diesel (3,8%), plataformas de perfuração ou exploração (2,6%) e óleos brutos de petróleo (2,5%).

## 2.3 Mercado de Trabalho

### 2.3.1 Ocupação

Taxa de desocupação cai para 11,9% em 2019, menor taxa registrada desde 2015 (8,9%)

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a taxa de desocupação chegou a 11% no trimestre que compreende os meses de outubro, novembro e dezembro, atingindo 11,6 milhões de pessoas. Com isso, a desocupação atingiu o menor patamar, desde o primeiro trimestre de 2016, quando alcançou 10,9%. Considerando apenas o último trimestre do ano, é a menor taxa registrada desde 2015 (8,9%).

No que se refere à taxa anual, a desocupação caiu de 12,3% em 2018 para 11,9% em 2019, a segunda queda consecutiva. Havia um contingente de 12,6 milhões de pessoas desocupadas em 2019, queda de 1,7% em relação a 2018. Porém, na comparação com o menor ponto registrado da série (6,7 milhões) em 2014, a população desocupada avançou 87,7% em cinco anos. Esse fato repercute diretamente sobre as variáveis de endividamento e o quantitativo de pessoas pobres no país.

Gráfico 10 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, em percentual (%)



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE

A persistência da taxa de desocupação em patamar elevado nos anos pós recessão contribui para a trajetória de aumento da taxa de participação da força de trabalho, medida como a razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA). A taxa de participação média em 2019 foi a maior da série (62%), indicando que mais pessoas em idade ativa estão se inserindo na oferta de mão de obra. Todavia, essa inserção está ocorrendo majoritariamente pelas ocupações informais e pela desocupação.

Outro aspecto apontado pela PNAD indica que a população subutilizada na força de trabalho<sup>12</sup> chegou a 27,6 milhões em 2019, o maior valor da série e um avanço de 1,2% sobre 2018. Seguindo a mesma trajetória de recorde, o número de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego) foi estimado em 4,8 milhões em 2019, acréscimo de 1,4%, em relação a 2018.

#### Apesar do crescimento do emprego com carteira, a informalidade do trabalho foi a maior em 4 anos

Em 2019, o número de ocupados chegou a 93,4 milhões, alta de 2%, em relação ao ano anterior. Dados da pesquisa evidenciam que, apesar da alta no número de trabalhadores com carteira assinada em relação a 2018 (1,1%) – rompendo a trajetória de queda entre 2015 e 2018 – essa foi acompanhada pela igual ascensão dos indicadores de informalidade. Em 2019, o Brasil contava com 11,6 milhões de ocupados sem carteira assinada e 19,3 milhões de trabalhadores por conta própria sem CNPJ – os mais altos patamares da série histórica iniciada em 2012.

Como consequência do quadro exposto, em 2019, a taxa de informalidade no mercado de trabalho – trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar – alcançou 41,1% da população ocupada, o equivalente a 38,4 milhões de pessoas, o maior contingente da série histórica.

#### Rendimento médio da população ocupada permanece estável em 2019

<sup>12</sup> De acordo com o IBGE, é considerado subutilizado todo aquele que: a) está desempregado; b) trabalha menos do que poderia; c) não procurou emprego, mas estava disponível para trabalhar; ou d) procurou emprego, mas não estava disponível para a vaga.

Em relação ao rendimento médio real habitual no país, o resultado anual atingido foi de R\$ 2.330, com variação de 0,4% em relação a 2018. A estabilidade está associada ao fato de boa parte das pessoas ocupadas estar inserida em ocupações de baixo rendimento.

## 2.2.1 Emprego formal

**Brasil encerrou 2019 com geração de 644 mil novas vagas, o maior saldo de empregos em seis anos**

Segundo o CAGED, no último mês de 2019, o mercado de trabalho formal brasileiro eliminou 307,3 mil vagas. Para efeito de comparação, em 2018, o saldo de dezembro havia sido de 334,4 mil vagas fechadas. O resultado negativo de dezembro decorreu da sazonalidade negativa em alguns setores de atividade, concentrada, sobretudo, nos Serviços (-113,9 mil) e na Indústria de Transformação (-104,7 mil). Por outro lado, o Comércio destacou-se positivamente, com abertura de 19,1 mil novos postos celetistas.

**Tabela 9 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, em 2018 e 2019\*, saldo mensal; Variação Absoluta**

Subsetores de Atividade	Acumulado		Dezembro		Variação Absoluta (b-a)
	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
<b>Total</b>	<b>554.341</b>	<b>644.079</b>	<b>-334.462</b>	<b>-307.311</b>	<b>89.738</b>
Extrativa mineral	1.511	5.005	-1.031	-1.394	3.494
Indústria de Transformação	4.654	18.341	-118.053	-104.634	13.687
SIUP <sup>1</sup>	8.040	6.430	-1.406	-285	-1.610
Construção Civil	19.115	71.115	-51.576	-46.886	52.000
Comércio	108.058	145.475	19.643	19.122	37.417
Serviços	411.717	382.525	-117.411	-113.852	-29.192
Administração Pública	-4.229	822	-16.999	-15.410	5.051
Agropecuária	5.475	14.366	-47.629	-43.972	8.891

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME) \*Com ajustes até novembro

<sup>1</sup>SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

O país encerrou o ano com a geração de 644 mil novos postos de trabalho formal, o segundo ano consecutivo com geração de vagas e, também, o maior saldo de emprego com carteira assinada desde 2013. Com isso, o Brasil fechou o ano com um estoque de 39,5 milhões de empregos formais existentes. Todos os setores da economia apresentaram saldo positivo no ano, destacando-se o de Serviços (+382,5 mil). No Comércio, foram criadas 145,5 mil novas vagas e, na Construção Civil, 71,1 mil. O desempenho menos expressivo deu-se na Administração Pública, com 822 novos postos.

Do total de 644 mil vagas de emprego formal criadas no Brasil em 2019, 16,5% (106 mil) foram nas modalidades de trabalho intermitente ou de regime de tempo parcial. Na modalidade de trabalho intermitente, houve um saldo de 85,7 mil empregos em 2019, concentrados, sobretudo, nos setores de Serviços (+39,7 mil) e Comércio (+24,3 mil). Já no regime de tempo parcial, foram criados 20,4 mil empregos, envolvendo 10,6 mil vagas abertas nos Serviços e 7,8 mil no Comércio.

### Região Sudeste lidera geração de vagas em 2019, com 318 mil novas contratações

- No acumulado do ano, São Paulo (+184,1 mil), Minas Gerais (+97,7 mil) e Santa Catarina (+71,4 mil) foram os estados que geraram mais empregos.

- No Nordeste, destacaram-se a Bahia (+30,9 mil), o Maranhão (+10,7 mil) e o Ceará (+10,3 mil). Considerando a variação do estoque de empregos anual, o Maranhão (+2,30%) registrou o melhor resultado do Nordeste e o oitavo maior do Brasil.

Em suma, no ano de 2019, o emprego mostrou sinais de melhora, embora a trajetória tenha ocorrido de forma lenta e incorporando majoritariamente o perfil informal. A população ocupada alcançou 94,5 milhões de pessoas, maior valor já registrado na série histórica, compatível com um nível de ocupação de 55,1%. Seguiram em elevação, a informalidade e a subocupação, fazendo com que o rendimento médio da população permanecesse estagnado. O mercado de trabalho formal, por sua vez, registrou a abertura de 644 mil vagas com carteira assinada, o melhor resultado em seis anos. Contudo, a situação do emprego passou por uma mudança de perspectivas desde que a epidemia do novo Coronavírus, inicialmente circunscrita a uma região da China, adquiriu caráter global, transformando-se em uma pandemia que poderá vir acompanhada de fatores como: declínio da demanda agregada, paralisação da produção, redução de investimentos, queda no comércio entre as nações e instabilidade nos mercados financeiros, implicando em um quadro contracionista em 2020 e, conseqüentemente, aumento do desemprego.

## 2.4 Finanças Públicas

Em 2019, o Resultado Primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 96,5 bilhões, de acordo com dados do Tesouro Nacional, valor inferior ao estimado pela LDO

Em dezembro de 2019, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 14,6 bilhões, frente ao déficit de R\$ 33,1 bilhões, observado no mesmo período de 2018. Essa melhoria de 55,8% foi decorrente do aumento da receita líquida (+R\$ 73,3 bilhões) em um montante superior ao da despesa total (+R\$ 39,1 bilhões).

A decomposição desse resultado evidencia que a Previdência Social e o Tesouro Nacional apresentaram déficits de R\$ 12,1 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, respectivamente, enquanto o Banco Central apresentou superávit de R\$ 16,9 bilhões.

Com o resultado de dezembro, o déficit primário do Governo Central fechou o ano em R\$ 96,5 bilhões, em termos reais, ante o déficit de R\$ 126,2 bilhões observado em 2018, o que representa uma melhoria de 23,7%, em termos reais, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Cabe destacar que, apesar de marcar o sexto ano seguido de déficit nas contas públicas, esse é o melhor resultado anual observado desde 2014, sendo inferior ao estimado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), equivalente a R\$ 139,0 bilhões.

A análise desagregada da Receita Total no acumulado do ano evidencia que o incremento de R\$ 95,5 bilhões no comparativo interanual deveu-se, sobretudo, ao aumento:

- das Receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (+R\$ 80,7 bilhões), impulsionadas pelo crescimento das receitas oriundas das seguintes rubricas:
  - “Concessões e Permissões” (+R\$ 70,4 bilhões), influenciadas, principalmente, pelo recebimento das receitas oriundas da cessão onerosa;
  - “Dividendos e Participações” (+R\$ 13,0 bilhões), resultante do aumento nas distribuições de dividendos do Banco do Brasil, BNDES e Caixa.
- da Arrecadação Líquida para o Regime Geral da Previdência Social (+R\$ 7,6 bilhões), explicada, em parte, por mudanças ocorridas, por meio da Lei nº 13.670/2018 que, dentre outras medidas, revogou a desoneração da folha de pagamentos para vários

setores econômicos<sup>13</sup>. Além dessa mudança, também ocorreram recolhimentos extraordinários de cerca de R\$ 2,3 bilhões nos meses de junho, novembro e dezembro que influenciaram o resultado do acumulado do ano. Ademais, a geração de empregos formais (+644 mil vagas) ao longo do ano também contribuiu para esse resultado.

- das Receitas Administradas pela Receita Federal (+R\$ 7,1 bilhões), impulsionadas, sobretudo, pelo aumento da arrecadação:
  - do “Imposto sobre a Renda” (+R\$ 22,3 bilhões), refletindo o crescimento dos rendimentos do trabalho assalariado e da aposentadoria dos setores público e privado;
  - e do “Imposto sobre Operações Financeiras” (+R\$ 2,9 bilhões), decorrente do crescimento das operações de crédito realizadas, principalmente, para pessoas físicas.

Tabela 10 - Brasil: Receita Total desagregada em 2018, em dezembro de 2019 e no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões, constantes de dezembro de 2019 (corrigidos pelo IPCA), taxa de crescimento real (%) e Variação Absoluta

Descrição	2018	Dezembro			Acumulado (janeiro - dezembro)		
		2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	1.571.367	233.586	54,9	82.795	1.666.921	6,1	95.554
<b>Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS</b>	958.794	81.902	0,9	727	965.956	0,7	7.162
Imposto de Importação	43.037	3.332	15,2	439	43.917	2,0	880
IPI	58.677	4.562	-9,5	-479	53.755	-8,4	-4.922
Imposto sobre a Renda	384.531	38.169	-0,1	-28	406.875	5,8	22.343
IOF	38.928	4.158	6,3	247	41.856	7,5	2.929
COFINS	266.143	20.079	-14,5	-3.404	243.552	-8,5	-22.592
PIS/PASEP	70.003	5.354	-11,2	-676	66.083	-5,6	-3.921
CSLL	83.348	4.007	-26,8	-1.464	83.913	0,7	566
CPMF	0	0	-	0	0	-	0
CIDE-Combustíveis	4.211	223	-24,6	-73	2.851	-32,3	-1.359
Outras Administradas pela RFB	9.915	2.018	-148,7	6.165	23.154	133,5	13.239
<b>Incentivos Fiscais</b>	-15	0	-100,0	2	-49	228,9	-34
<b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	413.712	54.384	-2,5	-1.419	421.345	1,8	7.633
<b>Receitas Não Administradas pela RFB</b>	198.876	97.300	604,3	83.486	279.669	40,6	80.793
Concessões e Permissões	23.021	84.684	50.655,8	84.517	93.455	306,0	70.434
Dividendos e Participações	8.157	797	36,3	212	21.238	160,4	13.081
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	271.812	41.293	41,9	12.203	293.979	8,2	22.167
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	1.299.555	192.293	58,0	70.592	1.372.942	5,6	73.388

Fonte: STN

Por outro lado, a COFINS e o PIS/PASEP registraram quedas de 8,5% e 5,6%, respectivamente, influenciados pela redução da alíquota do PIS/COFINS sobre o óleo diesel e pela reclassificação de algumas receitas em 2019. A retração na CIDE-Combustíveis, por sua vez, foi resultante do efeito da isenção da contribuição sobre o diesel, ocorrida a partir de junho de 2018.

Quanto ao desempenho da Despesa Total, observou-se que o aumento de R\$ 39,1 bilhões no comparativo interanual foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 22,2% nas despesas

<sup>13</sup> Alguns setores excluídos do benefício da desoneração foram os de hotéis, medicamentos, transporte ferroviário de cargas, transporte marítimo etc. Para maiores informações, consultar: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13670.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13670.htm)>.

discricionárias, decorrente do pagamento, à Petrobras, da revisão do contrato da cessão onerosa (R\$ 34,4 bilhões) e do aumento de capital de empresas estatais não dependentes (+R\$ 5,3 bilhões).

Cabe destacar que os gastos com “Benefícios previdenciários” e com “Pessoal e encargos sociais” também apresentaram crescimento durante o período, com resultados correspondentes a 3,0% e 1,3%, respectivamente (Erro! Fonte de referência não encontrada.).

Tabela 11 - Brasil: Despesa Total desagregada em 2018, em dezembro de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a dezembro de 2018 e 2019, em R\$ milhões, constantes de outubro de 2019, corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e Variação Absoluta

Descrição	2018	Dezembro			Acumulado (janeiro - dezembro)		
		2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
<b>DESPEZA TOTAL</b>	1.430.104	206.929	33,7	52.114	1.469.245	2,7	39.141
<b>Benefícios Previdenciários</b>	620.276	66.501	2,2	1.422	638.865	3,0	18.589
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	315.374	34.389	2,1	718	319.324	1,3	3.950
<b>Outras Despesas Obrigatórias</b>	213.362	17.095	-6,0	-1.085	199.342	-6,6	-14.020
<b>Desp. do Poder Exec. Suj. à Progr. Financ.</b>	281.092	88.944	134,8	51.059	311.714	10,9	30.623
<b>Obrigatórias/ Controle de Fluxo</b>	145.126	17.715	23,4	3.357	145.577	0,3	451
Benefícios a serv. públicos	13.932	1.293	44,1	396	14.035	0,7	103
Bolsa Família	32.132	4.992	74,3	2.129	33.569	4,5	1.437
Saúde	87.076	10.325	11,1		87.746	0,8	670
Educação	6.817	207	-66,9	-419	5.836	-14,4	-981
Demais	5.170	897	31,6	216	4.393	-15,0	-777
<b>Discricionárias</b>	135.965	71.229	202,8	47.702	166.137	22,2	30.172
Saúde	31.032	6.108	37,9	1.677	29.691	-4,3	-1.341
Educação	26.467	3.931	8,4	303	22.221	-16,0	-4.246
Defesa	16.139	10.895	132,3	6.204	19.699	22,1	3.560
Transporte	11.358	1.108	-18,3	-248	9.412	-17,1	-1.946
Administração	8.310	802	-21,0	-213	6.905	-16,9	-1.405
Ciência e Tecnologia	4.492	1.044	45,0	324	3.953	-12,0	-539
Segurança Pública	3.712	669	80,8	299	3.561	-4,1	-151
Assistência Social	3.510	1.454	200,4	970	3.897	11,0	387
Demais	30.947	45.217	561,8	38.385	66.798	115,8	35.852

Fonte: STN

Com o resultado de 2019, observou-se a continuidade da melhoria fiscal do país, iniciada em 2016, com a ocorrência de déficits primários decrescentes (Erro! Fonte de referência não encontrada.). No entanto, é importante destacar que essa melhoria foi influenciada pela ocorrência de fatores não recorrentes, como o recebimento de recursos da cessão onerosa em 2019. Além de não contar com a ocorrência desses fatores em 2020 na mesma proporção, o Governo deve enfrentar um cenário adverso, devido à pandemia do novo Coronavírus, invertendo a tendência de melhora no déficit primário.

#### O Resultado Primário do Setor Público Consolidado registrou um déficit de R\$ 61,9 bilhões em 2019, resultado abaixo da meta estipulada na LDO

O Setor Público Consolidado (Governo Central, estados, municípios e estatais, com exceção da Petrobras e da Eletrobras) registrou um déficit de R\$ 13,5 bilhões em dezembro de 2019, o equivalente a 2,09% do PIB. Desse resultado, o Governo Central e os governos regionais

apresentaram déficits de R\$ 16,1 bilhões e R\$ 7,1 bilhões, respectivamente, enquanto as empresas estatais registraram um superávit de R\$ 9,7 bilhões.

Com o resultado de dezembro, o déficit primário do Setor Público Consolidado fechou o ano em R\$ 61,9 bilhões (0,85% do PIB), valor inferior ao observado no mesmo período do ano anterior, deficitário em R\$ 108,3 bilhões. Na composição desse resultado, o Governo Central foi responsável por um déficit de R\$ 88,9 bilhões, enquanto os governos regionais e as empresas estatais apresentaram superávits de R\$ 15,2 bilhões e R\$ 11,8 bilhões, respectivamente.

Cabe destacar que o déficit primário do Setor Público Consolidado de 2019 foi o menor resultado observado desde 2014 (0,56% do PIB) e se situou abaixo da meta estimada pela LDO, equivalente a R\$ 132,0 bilhões. De acordo com as projeções realizadas pela IFI, a perspectiva é a de que o indicador apresente melhoria gradual até 2022, cujo resultado deve ser deficitário em cerca de 0,68% do PIB.

**Gráfico 11 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central e do Setor Público Consolidado, observado de 2014 a 2019 e projetado de 2020 a 2022, em % do PIB**



Fonte: STN, IFI (projeções de jan/2020)

### A queda nos juros tem contribuído para a redução do ritmo de crescimento da dívida pública

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), em 2019, foi correspondente a 75,77% do PIB (o equivalente a R\$ 5,5 trilhões), representando uma redução de 1,9 p.p., em relação ao mês anterior, influenciada pelos resgates líquidos de dívida (redução de 1,7 p.p.).

No comparativo interanual, por sua vez, a relação DBGG/PIB apresentou uma redução de 0,8 p.p. Esse resultado foi influenciado pelos seguintes fatores: resgates líquidos da dívida (redução de 2,7 p.p.) e crescimento do PIB nominal (redução de 3,9 p.p.) de um lado, e incorporação de juros nominais (aumento de 5,6 p.p.) e desvalorização cambial (aumento de 0,2 p.p.) do outro. De acordo com a STN, a devolução de R\$ 123,0 bilhões do BNDES ao Tesouro e a venda de R\$ 142,0 milhões em reservas cambiais contribuíram para essa redução.

Gráfico 12- Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público Consolidado de 2010 a 2019 e projeção de 2020 a 2022, em % do PIB



Fonte: BCB, IFI (projeções)

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em 2019, foi correspondente a 55,68% do PIB (R\$ 4,0 trilhões), representando um aumento de 0,87 p.p., em relação ao mês anterior. De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), esse resultado foi influenciado, principalmente, pela valorização cambial de 4,6% no mês.

O comparativo interanual, por sua vez, indica que houve um aumento de 2,0 p.p. na DLSP/PIB, refletindo o resultado dos seguintes fatores: incorporação de juros nominais (aumento de 5,1 p.p.), déficit primário (aumento de 0,9 p.p.), ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (redução de 0,5 p.p.), desvalorização cambial (redução de 0,7 p.p.) e variação do PIB nominal (redução de 2,7 p.p.).

Cabe destacar que o ritmo de crescimento da DBGG tem apresentado desaceleração desde 2016, influenciada pela queda nos juros, o que tem contribuído para a redução do custo da dívida pública. No entanto, de acordo com a IFI, a melhora nas contas públicas em 2019 foi baseada em fatores não recorrentes, como a devolução de recursos do BNDES ao Tesouro, que fez com que a relação DBGG/PIB se situasse em 75,77% do PIB, ante 79,0%, no caso da não ocorrência desses eventos. Ademais, a perspectiva é a de que o referido indicador, de acordo com as projeções realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), se estabilize em torno de 80,0% do PIB e apresente uma reversão da trajetória de alta a partir de 2023.

### 3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL

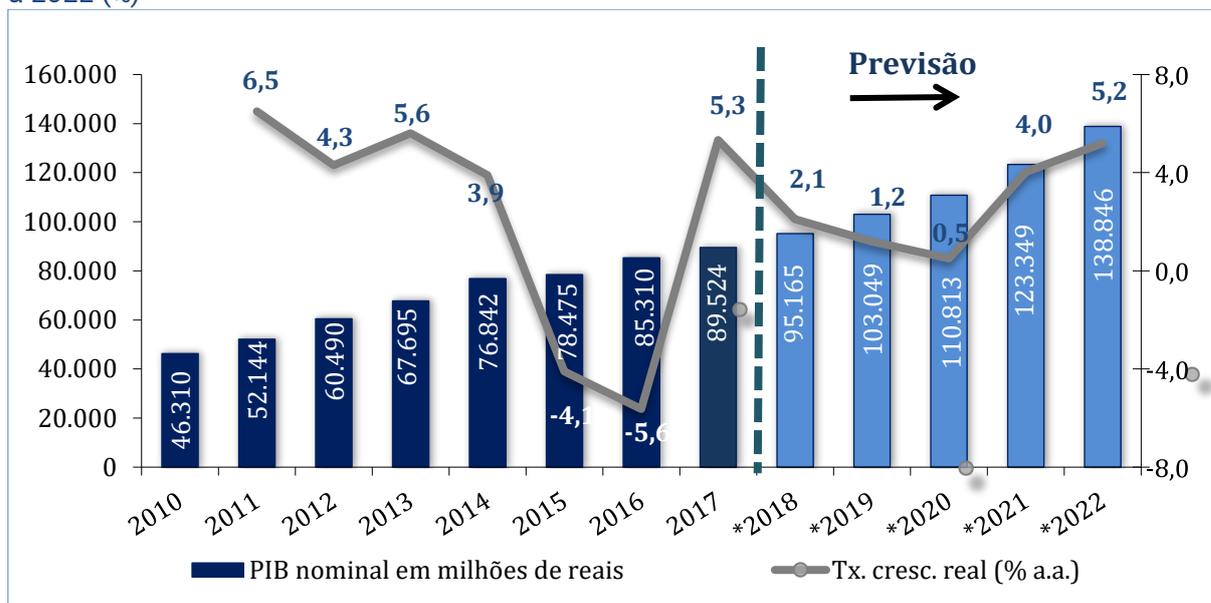
#### 3.1 Nível de Atividades

##### 3.1.1 Produto Interno Bruto

Crescimento estimado para o PIB maranhense em 2019 encerra em 1,2% e projeta-se 0,5% para 2020

A taxa de crescimento estimada para o PIB do Maranhão em 2019 foi atualizada em 1,2%, com 0,1 ponto percentual (p.p.) a mais que o Brasil (1,1%). Essa reavaliação decorreu dada a disponibilização do resultado das pesquisas estruturais que servem de base para as estimativas do PIB, aproximando o novo percentual do resultado efetivo para esse ano.

Gráfico 13 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%)



Fonte: IBGE; IMESC \*Estimativa realizada pelo IMESC.

O ano de 2020 iniciou com uma grande quantidade de eventos que terão impactos significativos sobre a economia nacional e maranhense. Contudo, ainda é cedo para mensurar a dimensão, devido às incertezas quanto à duração desses fenômenos. Dentre eles, vale mencionar a pandemia do Coronavírus (COVID-19), cujos impactos na economia mundial, que está passando por um terreno inóspito, terão que esperar alguns meses, para que se tenha a dimensão concreta sobre sua duração e implicações.

Portanto, diante desse cenário adverso, o crescimento do PIB maranhense foi atualizado para 0,5% em 2020, considerando as informações disponibilizadas até o primeiro trimestre, estando, pois, sujeito a alterações, à medida que novas informações forem disponibilizadas.

Para os anos subsequentes (2021 e 2022), as projeções foram mantidas, admitindo-se que os fenômenos supracitados serão superados ainda em 2020 e que, com uma base fraca de comparação, a economia maranhense terá maiores chances de alcançar as estimativas previstas.

**Agropecuária: o crescimento para 2019 foi atualizado para -0,1%, ante -2,3% na estimativa do trimestre anterior**

De acordo com a estimativa<sup>14</sup> de safra do IBGE para o Maranhão, referente ao ano de 2019, a produção de grãos encerrou o ano com 4,9 milhões de toneladas, sendo 11,3% superior ao ano 2018. Destaca-se que as culturas de maior peso na agricultura maranhense apresentaram crescimento, sendo a soja com 3,4% a mais que o ano anterior e o milho, que registrou crescimento de 12,3% na safra de 2019. Esse bom desempenho resultou na reavaliação positiva do VA da agropecuária de -0,23 para -0,1%.

O resultado para o setor primário só não foi melhor, devido à queda observada na produção de mandioca que, apesar de contribuir em menor proporção que os grãos, apresenta significativa importância no setor agrícola do Maranhão.

<sup>14</sup> Ver Seção referente à produção agrícola.

## Indústria: o crescimento para 2019 foi mantido em 1,2%, com destaque para a atividade de Construção Civil

O crescimento estimado da Indústria é de 1,2% em 2019, percentual mantido desde meados de 2019. A atividade de "Extração mineral", notadamente a indústria de gás natural, encerrou com queda de 1,1%, mas esse resultado foi compensado por outras atividades do setor Secundário.

A atividade "Geração de energia", considerando a termelétrica, eólica e hidrelétrica, encerrou o ano com variação positiva de 0,8%. Já a "Construção Civil" respondeu bem e gerou cerca de 3,2 mil empregos formais, sendo o crescimento observado no estoque de emprego entre 2018 e 2019 nessa atividade de 9,4%.

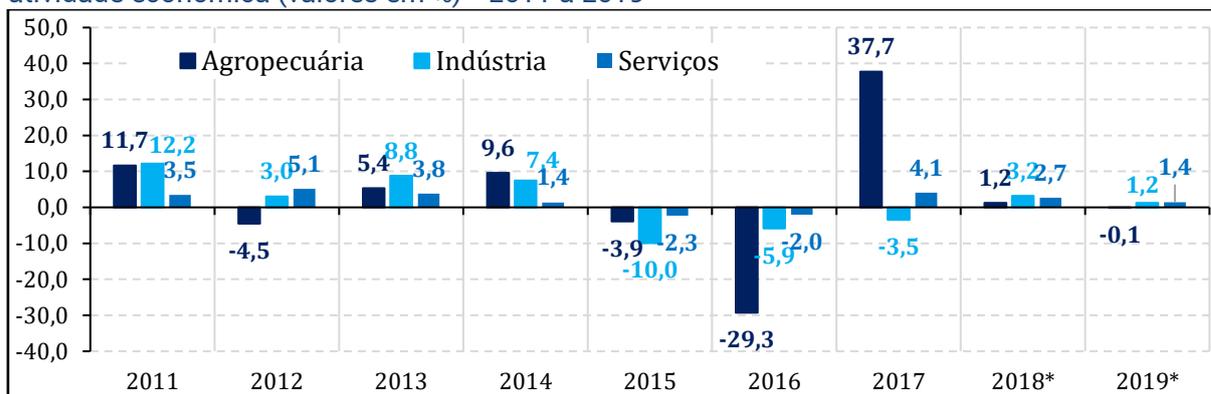
Além disso, vale destacar as obras de infraestrutura que iniciaram em 2019, como o BRT, as obras de alargamento da Avenida Jerônimo de Albuquerque, além do mutirão rua digna, em que foram investidos R\$ 4 milhões em 2019 para a conclusão de 50 projetos de pavimentação de ruas na Grande Ilha.

## Serviços: o resultado mantido para 1,4%, em virtude da dinâmica positiva do Comércio e Administração Pública

Para o setor de Serviços, o crescimento para 2019 foi mantido em 1,4%. Ao considerar as duas atividades mais representativas desse setor, o "Comércio" (19,1%) e a "Administração Pública" (40,8%), observou-se que, até o fim do ano, a dinâmica dessas atividades não sofreu grandes mudanças, a ponto de registrar um crescimento maior.

No tocante ao "Comércio", houve um crescimento ínfimo de 0,4% no "varejista restrito", enquanto o "varejo ampliado" permaneceu constante. Pela ótica da geração de emprego, o "Comércio" apresentou crescimento de 1,7%, ao passo que a "Administração Pública" registrou - 2,9%. Por outro lado, os demais serviços apontaram crescimento de 3,2% no estoque de empregos formais que compensou a queda na Administração Pública.

Gráfico 14 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC \*Elaboração própria

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, à proporção que se aproxima do final do ano, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

### 3.1.2 Agricultura

#### Produção maranhense de grãos deverá apresentar recordes nos anos de 2019 e 2020

De acordo com o LSPA, referente a dezembro de 2019, a produção de grãos estimada em 4,9 milhões de toneladas (t) representou novo recorde para o estado, com crescimento esperado de 11,2%, em comparação com a safra de 2018. A segunda safra do milho foi a principal responsável por esse crescimento expressivo, uma vez que apresentou variação de 157%, se comparado ao ano passado. Destacou-se, ainda, a melhora na produtividade do milho e do sorgo, o que ajudou a elevar o rendimento médio desses grãos no estado.

Gráfico 15 - Maranhão: Estimativa da produção de grãos\* acompanhada pelo LSPA 2018 e Dez./2019 – em mil toneladas



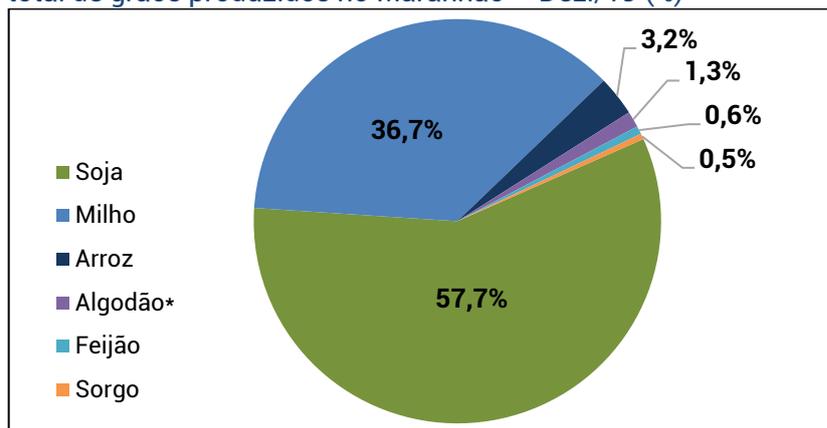
Fonte: LSPA/IBGE

A soja atingiu 2,8 milhões de toneladas em 2019, crescimento de 3,4%, o que passou a representar 57,7% do total de grãos produzidos no estado. Essa representatividade deveu-se, principalmente, ao aumento na área plantada (+5,2%), uma vez que o rendimento médio da lavoura não apresentou grande variação. Os maiores volumes de produção localizaram-se em Balsas e Tasso Fragoso, ambos com produção em torno de 600 mil toneladas.

A produção de milho alcançou um patamar de 1,8 milhão de toneladas, de acordo com o LSPA de dezembro de 2019, o que representa uma variação de 36,9%, em relação à safra de 2018. Em 2019, o rendimento médio recuperou-se, devido à regularidade das chuvas.

- Os municípios que apresentaram as maiores quantidades produzidas de milho em 2019 foram Balsas (450 mil/t), Tasso Fragoso (300 mil/t) e São Raimundo das Mangabeiras (150 mil/t). Vale destacar que a produção de milho representa 36,5% da produção total de grãos do estado.

Gráfico 16 - Estimativa da participação das principais culturas, no total de grãos produzidos no Maranhão – Dez./19 (%)



Fonte: LSPA/IBGE \*Valores referentes ao Carozo de Algodão

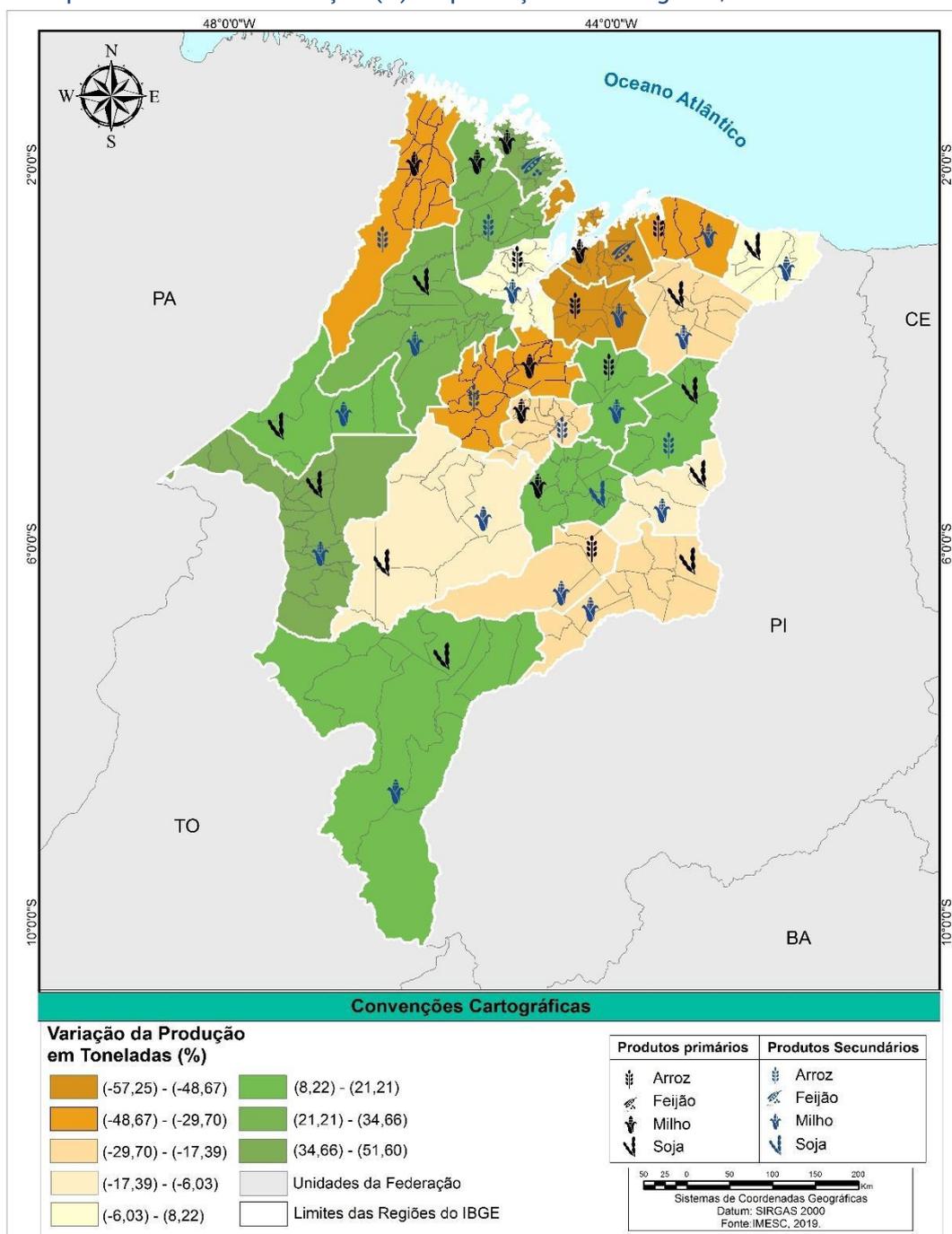
O LSPA de dezembro apontou queda de -24,1%, na produção de arroz em 2019, na comparação interanual. Vale destacar que o Censo Agropecuário de 2017, que é uma pesquisa mais ampla, mostrou que a produção estava superestimada, fazendo com que os dados de produção passassem a ser ajustados nos levantamentos seguintes.

O algodão, no que se refere à safra passada, deverá crescer 13,3% em produção. O caroço de algodão, que representa 61% do peso do total de algodão herbáceo colhido, está estimado em 63,4 mil toneladas (1,4% do total de grãos), e foi produzido em apenas três municípios (Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba).

Na análise da distribuição da produção por regiões geográficas imediatas, verificou-se que a região de Imperatriz, que engloba 17 municípios, foi a que apresentou maior crescimento da produção de grãos, na comparação entre 2018 e 2019, seguida da região de Cururupu e de Pinheiro (**Mapa 1**). Os maiores aumentos nessas regiões deram-se em função da soja, em Imperatriz, e do milho, em Cururupu e Pinheiro. Vale destacar que as regiões que obtiveram maiores variações estão no oeste do estado, o que indica a expansão do agronegócio de grãos para o bioma amazônico.

Itapecuru Mirim, São Luís e Barreirinhas foram as regiões que apresentaram as maiores diminuições de produção. Entretanto, essas regiões representam, juntas, menos de 1% do total de grãos produzidos no estado.

Mapa 1 - Maranhão: Variação (%) da produção total de grãos, entre 2018 e 2019



Fonte: PAM 2018 e LSPA 2019

A produção de mandioca, assim como a do arroz, estava superestimada antes da realização do Censo Agropecuário de 2017. Em dezembro de 2019, o LSPA apontou para uma produção de 426 mil toneladas. Atualmente, a produção de mandioca abrange 216 municípios, sendo mais expressiva em Cachoeira Grande, Tuntum e Barreirinhas.

A cana-de-açúcar, com crescimento de 20,5%, na comparação interanual, registrou o terceiro maior desempenho, dentre as Unidades da Federação. O aumento na área colhida (+7,7%) e os ganhos com produtividade (+11,9%) explicam esse resultado. Os municípios com maior produção em 2019 foram São Raimundo das Mangabeiras (1,3 mi/t), Campestre do Maranhão (400 mil/t) e Aldeias Altas (300 mil/t).

Para o ano de 2020, o Maranhão deverá produzir cerca de 5,4 milhões de toneladas de grãos, de acordo com LSPA de janeiro de 2020. Essa estimativa representa um aumento de 9,0% na quantidade, em relação à safra de 2018/2019. Estima-se que a principal responsável por esse resultado seja a soja, com produção prevista de 3,1 milhões de toneladas, crescimento de 8%, em comparação à safra anterior, devido ao aumento do rendimento médio (+9,5%). Outro destaque é o milho, que, ao contrário da estimativa para o país, deverá apresentar crescimento de 12,3% na quantidade produzida. Isso se deveu, sobretudo, ao expressivo aumento na área plantada do milho primeira safra (15,9%), uma vez que os preços mais compensadores estimularam o plantio desse cereal, em detrimento da soja e do sorgo, por exemplo.

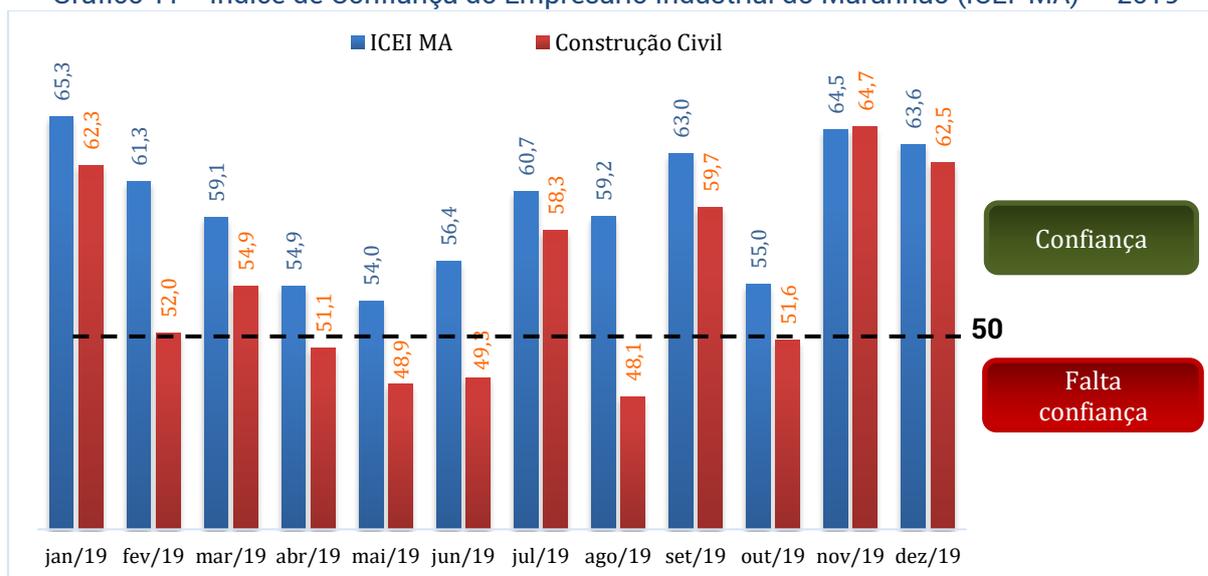
O arroz deverá registrar queda de 1,9% na quantidade produzida, totalizando 154 mil toneladas. Apesar do crescimento no rendimento médio (+1,2%), a redução na área plantada (-3,2%) impactou negativamente no resultado. Com vistas a incentivar a produção e a comercialização do produto, o Governo anunciou a redução da alíquota de ICMS sobre o arroz de 12% para 1%, no âmbito do Programa Estadual de apoio à industrialização e ao fomento de produção de arroz do estado do Maranhão (Decreto nº 34.933, de 11 de junho de 2019), beneficiando toda a cadeia produtiva do grão.

### 3.1.3 Indústria Maranhense

#### Empresários da indústria maranhense demonstraram recuperação da confiança em 2019

Apesar da desaceleração em âmbito nacional, no Maranhão o otimismo do empresário do setor industrial manteve-se persistente durante 2019. Segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão (ICEI-MA)<sup>15</sup>, o índice registrou variação positiva (1,17%) no comparativo de 12 meses, expressando uma melhora na confiança do empresário em relação ao setor, bem como na confiança nas condições atuais em relação ao estado (3,77%). Em dezembro, o índice registrou 63,6 pontos, apesar de uma pequena queda (-0,9 pontos) em relação ao mês anterior, manteve-se em patamar otimista, demonstrando sinais de recuperação ao longo do ano.

Gráfico 17 - Índice de Confiança do Empresário Industrial do Maranhão (ICEI-MA) – 2019



Fonte: FIEMA/IMESC

<sup>15</sup> Índice divulgado pela Fiema, que mede o otimismo do empresário industrial. Acima dos 50 pontos representa otimismo e abaixo pessimismo.

A agenda de concessões e privatizações – que faz parte de uma carteira de projetos anunciada pelo Governo Federal com o intuito de transferir esses ativos para a iniciativa privada – prevê estimular a confiança do empresário industrial. No Maranhão, estão incluídas na carteira de privatizações, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a ferrovia norte-sul (MA/PA), a estrada de ferro Carajás, a concessão do aeroporto de São Luís e quatro terminais no Porto do Itaqui (IQI 03, 11, 12, 13).

Conforme o gráfico a seguir, a ampliação do consumo de energia elétrica no setor industrial do estado reflete uma possível expansão dessa atividade nos últimos meses, haja vista que esse indicador acompanha o comportamento da produção. O consumo de energia elétrica nas indústrias apresentou uma significativa ampliação de maio a agosto (2019), com leve recuo em setembro (2019), sustentando-se em um patamar, ainda assim, superior ao registrado no primeiro semestre do ano. No comparativo em relação a acumulado de janeiro a setembro de 2018, o consumo de energia elétrica aumentou 83%.

**Gráfico 18 - Maranhão: Consumo industrial mensal de energia elétrica na rede (MWh) – outubro de 2018 a setembro de 2019**



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Diante dos efeitos prováveis da pandemia provocada pela COVID-19, entende-se que, nos próximos resultados, o indicador de confiança do empresário industrial tende a mostrar um cenário mais adverso para a Indústria maranhense, seja pela expectativa de queda na economia mundial, seja pelo cenário interno, em que se prevê ampliação de falências e demissões ao longo de 2020.

### 3.1.4 Serviços

#### Em 2019, o setor de serviços maranhense cresceu 3%

Em dezembro de 2019, a Pesquisa Mensal de Serviços-PMS, realizada pelo IBGE, registrou crescimento de 3% em volume de serviços e 6,1% em receitas nominais em 2019, no comparativo com 2018.

Analisando o crescimento do volume de serviços, observa-se contribuição da atividade de “Comunicação”, que impulsionou os resultados do setor durante o ano de 2019. Nesse período, essa atividade apresentou alta de 2,2% na arrecadação de ICMS, conforme dados disponibilizados pela Secretaria da Fazenda do Maranhão (SEFAZ/MA).

Também contribuíram positivamente para o resultado do Setor de Serviços as atividades compreendidas em “Outros serviços” (serviços prestados às famílias, profissionais, administrativos, etc.), que cresceram 25% durante 2019, em comparação ao ano anterior, segundo dados da SEFAZ/MA.

Tabela 12 - Maranhão: Variação (%) dos indicadores de receita nominal e volume de serviços, em dezembro de 2019

Indicadores (%)	Mensal			Interanu al Dez./20 19	Anual 2019	Acum. 12 meses
	Out./19	Nov./19	Dez./19			
Volume	0,4	-0,8	-1,2	2,3	3,0	3,0
Receitas	0,4	0,0	-1,5	6,2	6,1	6,1

Fonte: PMS, IBGE

Por outro lado, impactou negativamente sobre o resultado do Setor de Serviços, a redução do volume na atividade "Transportes". Analisando a base de arrecadação de ICMS, observa-se redução de 4,3% da arrecadação de ICMS, em 2019, com a atividade de "Transportes", quando comparado ao ano anterior. O aumento do preço do frete rodoviário em 2019, embora tenha contribuído no curto prazo para elevação das receitas nominais (+6,1% em 2019), no médio prazo colaborou para o arrefecimento da demanda no segmento.

Apesar do resultado positivo de 3% apresentado no ano, o último mês registrou queda de 1,2% na variação mensal. Essa é a segunda queda consecutiva e fortalece a tendência de arrefecimento das atividades de serviços, enquanto que as receitas nominais recuaram 1,5%, em comparação a novembro do mesmo ano.

Para o primeiro semestre de 2020, existem perspectivas de aumento da demanda pelos serviços de transportes de cargas provenientes da produção agrícola, em face da previsão de aumento da safra de grãos no Maranhão, segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), feita pelo IBGE.

### 3.1.5 Comércio Varejista

#### O varejo maranhense encerra o ano de 2019 com crescimento de 0,4%

Em 2019, o volume de vendas do varejo restrito foi de 0,4% no acumulado de 12 meses, enquanto o varejo ampliado se manteve estagnado nesse mesmo comparativo. Quando comparado a 2018, o comércio varejista cresceu 3,9% e o comércio atacadista cresceu 5,1%, ambos em arrecadação de ICMS, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/MA). Entretanto, ao se analisar a variação mensal em dezembro, percebe-se que houve queda de 4,7% no "varejo restrito" e queda de 2,3% no "varejo ampliado".

Em termos de varejo ampliado, pode ter contribuído para a estagnação dos resultados de vendas do comércio maranhense, em 2019, a queda de 21% no total de benefícios previdenciários, quando comparado ao ano anterior, segundo dados do Ministério da Economia. Essa queda impacta fortemente nos resultados do comércio, dado o perfil do consumidor maranhense que se encontra, predominantemente, fora da capital e compõe famílias em que a única renda é o benefício previdenciário. A forte restrição de recursos destinados aos maranhenses chega à soma de mais de R\$ 627 milhões, o que tende a impactar sobre o consumo.

Analisando o nível de atividade empresarial, verifica-se redução de 33% no número de empresas abertas em 2019, em relação ao ano anterior, conforme dados da Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA). Levando-se em consideração as empresas do Comércio, a queda no quantitativo de empresas abertas chega a 39% na comparação com 2018, quando esse setor teve 7.910 empresas abertas. A redução na abertura de empresas sinaliza a menor expectativa de investimentos empresariais, sendo que, no Maranhão, mais de 50% das empresas existentes são do segmento do Comércio.

Tabela 13 -Maranhão: Indicadores (%) de evolução do varejo ampliado e restrito, divulgados em dezembro de 2019 (Base Fixa 2014 = 100)

Indicadores (%)	Variação Mensal			Variação Interanual			Acumul. do ano 2019			Acumulado 12 meses		
	Out./19	Nov./19	Dez./19	Out./18	Nov./18	Dez./18	Out./19	Nov./19	Dez./19	Out./18	Nov./18	Dez./18
Ampliado	0,9	1,0	-2,3	0,2	-1,5	-0,3	0,2	0,0	0,0	1,3	0,2	0,0
Restrito	-0,6	5,6	-4,7	0,7	1,4	-0,4	0,4	0,5	0,4	1,5	0,8	0,4

Fonte: PMC, IBGE

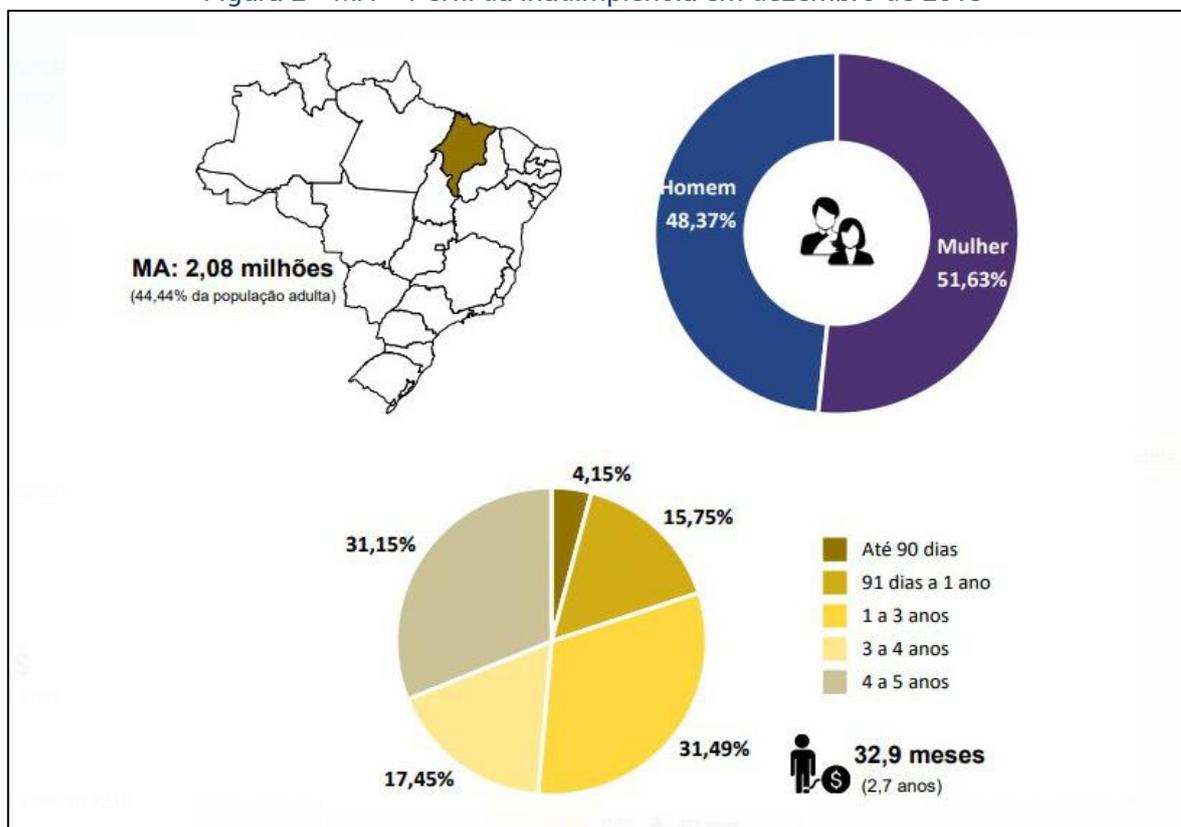
Embora as vendas do varejo tenham apresentado fraco desempenho, o número de veículos novos emplacados no Maranhão em 2019 subiu 5,6%, quando comparado ao acumulado de 2018, segundo dados da Federação Nacional de Distribuidores de Veículos Automotores (FENABRAVE). Ao todo, foram vendidos 82.490 veículos, sendo que mais da metade ou 46.439 veículos foram motos, apontando uma alta de 4,14%.

Esse segmento se beneficiou da redução na taxa de juros de Crédito Direto ao Consumidor, em dezembro. Essa foi a menor da série histórica, caindo 1,35% em dezembro de 2019, segundo dados da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (ANEFAC). A redução de juros, ao longo do ano de 2019, colaborou, para que as vendas de veículo crescessem 1,4% em janeiro na variação mensal.

### Inadimplência

Contribui para o contexto do fraco crescimento do Comércio, o elevado nível de inadimplência no estado, que cresceu 2,55% em dezembro de 2019, em relação ao mês anterior, segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Isso significa que 2,08 milhões de maranhenses estão negativados, o que representa 44% da população, conforme dados abaixo.

Figura 2 - MA – Perfil da inadimplência em dezembro de 2019



Fonte: CDL São Luís/SPC Brasil; Elaborado por SPC Brasil.

## 3.2 Comércio Exterior

### 3.2.1 Balança Comercial

Pelotas de ferro e milho impulsionam quantidade exportada maranhense, enquanto a redução do preço do alumínio pressionou o valor exportado para baixo

O saldo da balança comercial maranhense foi negativo em US\$ 7,8 milhões no ano de 2019, resultado da diminuição no valor exportado (-7,4%), associada a um aumento no valor das importações (+14,8%). Com isso, a Corrente Comercial totalizou US\$ 7,1 milhões, patamar acima do registrado no ano anterior.

Tabela 14 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2020\*, valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2015	3.050,1	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,6	-86,6	6.670,8
2016	2.209,8	-27,5	-2.101,8	-42,0	108,1	-118,9	4.311,6
2017	3.032,1	37,2	-2.559,3	21,8	472,8	337,5	5.591,4
2018	3.828,1	26,3	-3.094,1	20,9	734,0	55,2	6.922,2
2019	3.543,6	-7,4	-3.551,5	14,8	-7,8	-101,1	7.095,1
2019*	356,9	-	-198,7	-	158,3	-	555,6
2020*	160,2	-55,1	-266,4	34,1	-106,2	-167,1	426,7

Fonte: Ministério da Economia \*Acumulado até janeiro

O complexo alumínio, responsável pela maior parte das exportações (cerca de 36% do valor exportado em 2019), apresentou queda de 22,7% no valor exportado em 2019, em comparação com o ano anterior. Nesse período, a cotação do alumínio foi 15% menor, fato que explica a diminuição no valor, apesar de a quantidade exportada ter sido superior em 2019.

Tabela 15 - Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2018 até 2020\*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e crescimento (%)

Produtos	2018		2019		2019*	2020*	Cresc. (%) 2019/2018	
	US\$ (milhões)	Kg (milhões)	US\$ (milhões)	Kg (milhões)	US\$ (milhões)	US\$ (milhões)	Valor	Qtd.
<b>Total</b>	<b>3.828,1</b>	<b>8.417,0</b>	<b>3.543,6</b>	<b>11.752,9</b>	<b>356,9</b>	<b>160,2</b>	<b>-7,4</b>	<b>39,6</b>
<b>Complexo alumínio</b>	<b>1.630,6</b>	<b>3.459,6</b>	<b>1.260,5</b>	<b>3.683,2</b>	<b>179,0</b>	<b>93,5</b>	<b>-22,7</b>	<b>6,5</b>
<b>Complexo soja</b>	<b>985,4</b>	<b>2.498,3</b>	<b>818,3</b>	<b>2.344,9</b>	<b>23,9</b>	<b>21,7</b>	<b>-17,0</b>	<b>-6,1</b>
<b>Complexo celulose</b>	<b>866,8</b>	<b>1.325,3</b>	<b>677,0</b>	<b>1.245,1</b>	<b>51,5</b>	<b>3,5</b>	<b>-21,9</b>	<b>-6,0</b>
<b>Complexo ferro</b>	<b>223,6</b>	<b>941,3</b>	<b>481,7</b>	<b>3.803,3</b>	<b>93,3</b>	<b>6,3</b>	<b>115,4</b>	<b>304,0</b>
Ferro gusa	142,6	370,0	141,5	434,0	28,2	0,0	-0,8	17,3
Semimanufaturados de ferro/aço	11,7	23,0	1,2	2,9	0,0	0,0	-89,7	-
Pelotas de ferro	68,1	546,1	319,5	3.292,4	65,1	6,3	369,1	502,9
<b>Milho</b>	<b>24,3</b>	<b>143,3</b>	<b>102,7</b>	<b>619,9</b>	<b>0,1</b>	<b>9,1</b>	<b>323,0</b>	<b>332,6</b>
Milho em grãos ext/semead.	24,3	143,3	102,7	619,8	0,1	9,1	323,0	332,6
<b>Complexo têxtil</b>	<b>54,5</b>	<b>31,1</b>	<b>49,1</b>	<b>29,8</b>	<b>6,2</b>	<b>2,6</b>	<b>-9,8</b>	<b>-4,2</b>
Algodão Debulhado	54,5	31,1	49,1	29,8	6,2	2,6	-9,8	-4,2

<b>Complexo proteína animal</b>	<b>23,9</b>	<b>6,3</b>	<b>24,2</b>	<b>7,2</b>	<b>1,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,2</b>	<b>14,9</b>
Bovinos	23,2	6,1	22,5	6,7	0,9	2,5	-3,1	10,4
Aves	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	522,5	534,2
Suínos	0,0	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	556,1	577,9
Frutos do mar	0,0	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	537,8	544,5
Outras proteínas animais	0,6	0,1	0,8	0,2	0,1	0,0	48,3	64,9
<b>Complexo couro</b>	<b>4,4</b>	<b>1,9</b>	<b>1,1</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>	<b>-76,2</b>	<b>-</b>
<b>Complexo ouro<sup>1</sup></b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>101,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16,1</b>	<b>**</b>	<b>**</b>
<b>Complexo cobre</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,9</b>	<b>0,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>**</b>	<b>**</b>
<b>Outros complexos</b>	<b>14,6</b>	<b>9,9</b>	<b>25,3</b>	<b>18,4</b>	<b>1,8</b>	<b>0,0</b>	<b>73,6</b>	<b>86,7</b>

Fonte: Ministério da Economia <sup>1</sup>Valores de peso em milhares; \*Acumulado até janeiro \*\*Valores distorcidos ou muito grandes

A soja, por sua vez, registrou queda de 17,0% em valor na comparação interanual, devido, sobretudo, à queda de 7% nos preços internacionais e à diminuição de 6% na quantidade exportada, associadas a uma menor demanda chinesa. A perda de espaço da soja maranhense na China foi compensada em parte por maiores vendas para a Europa e Oriente Médio. A celulose apresentou movimento parecido com a soja, com menor quantidade e valor exportados. Altos estoques e queda na demanda europeia pelo produto fizeram com que os preços da *commodity* ficassem em patamares inferiores em 2019, apesar da maior demanda chinesa. Para 2020, são esperados preços mais estáveis, acompanhando o aumento gradual da demanda.

As contribuições positivas ficaram por conta do complexo ferro e do milho. No primeiro, o grande aumento na produção de pelotas de ferro, por conta do desastre em Brumadinho, favoreceu a exportação maranhense, que atingiu 481,7 milhões de dólares em 2019. No segundo, a safra recorde do grão, associada a uma cotação mais elevada (3,4% no acumulado do ano), impulsionou a exportação de milho, que atingiu US\$ 102,7 milhões e movimentou 620 mil toneladas.

### Combustíveis e lubrificantes influenciam alta das importações maranhenses em 2019

O valor das importações maranhenses registrou aumento de 14,8% em 2019, na comparação com 2018. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo item "Combustíveis e lubrificantes", que teve alta de 42,8%, chegando a US\$ 2,5 bilhões.

Na abertura por produtos, a gasolina foi o que apresentou maior crescimento, de mais de 100% tanto no valor quanto na quantidade importada. Entretanto, a quantidade importada ainda está aquém da média dos últimos anos. O diesel, que é o principal produto do grupo dos "Combustíveis e lubrificantes", também registrou aumento significativo na quantidade importada, que saltou de 2,3 mil/t para 3,3 mil/t.

Tabela 16 - Principais produtos das importações maranhenses de 2018 a 2020\*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)

Produtos	2018		2019		2019	2020	Var. 2019/2018	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Valor	Valor (%)	Qtd (%)
<b>Total</b>	<b>3.094</b>	<b>7.715</b>	<b>3.551</b>	<b>8.908</b>	<b>199</b>	<b>266</b>	<b>14,8</b>	<b>15,5</b>
<b>Combustíveis e lubrificantes</b>	<b>1.780</b>	<b>3.638</b>	<b>2.540</b>	<b>5.153</b>	<b>103</b>	<b>181</b>	<b>42,8</b>	<b>41,6</b>
Diesel	1.474	2.252	1.985	3.317	69	115	34,7	47,2

Gasolinas	215	341	497	869	24	58	131,3	155,0
Coques, hulhas e derivados	90	1.045	58	967	10	8	-35,9	-7,4
Outros derivados do petróleo	0	0	0	0	0	0	-54,7	-33,4
<b>Álcool/etanol</b>	<b>464</b>	<b>893</b>	<b>266</b>	<b>513</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>-42,7</b>	<b>-42,6</b>
<b>Fertilizantes</b>	<b>433</b>	<b>1.646</b>	<b>448</b>	<b>1.688</b>	<b>53</b>	<b>32</b>	<b>3,4</b>	<b>2,6</b>
Cloretos de potássio	147	506	177	556	31	13	20,8	9,9
ADP <sup>1</sup>	93	223	98	273	2	2	4,9	22,6
Superfosfatos	87	510	81	486	2	0	-7,8	-4,7
Ureia	41	156	41	154	14	5	0,9	-1,5
Sulfato de Amônio	11	74	14	88	3	6	23,2	19,9
Outros fertilizantes e intermediários	53	177	37	131	1	6	-30,8	-26,0
<b>Outros produtos</b>	<b>418</b>	<b>1.538</b>	<b>298</b>	<b>1.554</b>	<b>19</b>	<b>27</b>	<b>-28,8</b>	<b>1,0</b>

Fonte: Ministério da Economia; \*acumulado até janeiro <sup>1</sup>Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

Vale ressaltar que o Maranhão é uma importante via de entrada de combustíveis e lubrificantes, que, apesar de serem contabilizados como importações do estado, são distribuídos para diferentes localidades nas UFs próximas. Por conta disso, a balança comercial maranhense historicamente apresenta um déficit nas transações comerciais com outros países.

Ainda, destaca-se o aumento nos fertilizantes (9,9% em quantidade), importante indicador do nível de atividade e otimismo do setor agrícola estadual e nacional. Ressalta-se que tanto o Maranhão quanto o Brasil devem apresentar safra recorde de grãos em 2020, segundo o IBGE<sup>16</sup>.

### 3.3 Investimentos

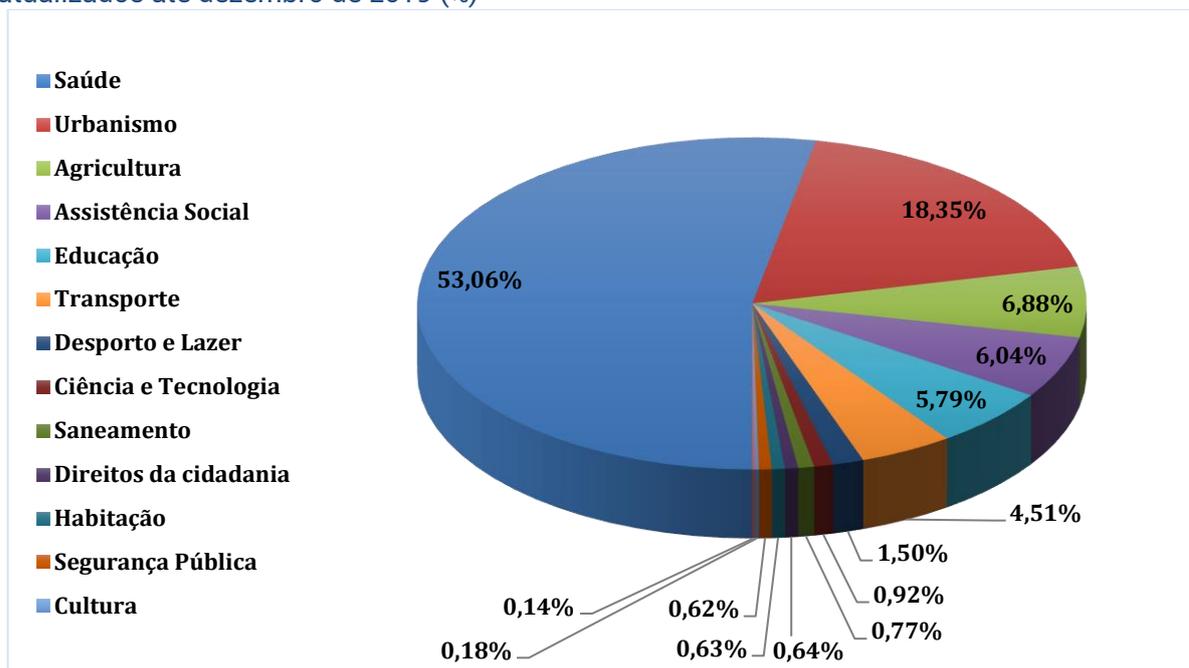
#### Investimentos públicos estaduais em andamento contabilizam R\$ 1,3 bilhão em 2019

Em dezembro de 2019, os investimentos públicos estaduais em andamento, recursos decorrentes do Governo Federal, Tesouro Estadual, BNDES, Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP), Parcerias Público Privadas (PPP), convênios, dentre outros, contabilizavam R\$ 1,3 bilhão, segundo a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MA). A maior parte desses investimentos está sendo destinada à categoria Saúde (53,1%): contratação de profissionais; aquisição de equipamentos hospitalares; melhoria da rede física de saúde e unidades de saúde.

A segunda maior participação nos investimentos se dá na categoria Urbanismo (18,35%). Por meio do programa Mais Asfalto, foram implementadas obras de pavimentação e recuperação asfáltica de rodovias em Balsas, Riachão, Bom Jardim, São João do Carú, Lagoa do Mato, Passagem Franca, Lagoa Grande do Maranhão, Lago da Pedra, São João dos Patos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão, Araioses, Balsas, Barra do Corda, Fernando Falcão e Matinha; pontes em Lajeado Novo/Porto Franco, Bequimão/Central do Maranhão, Santana do Maranhão e Paço do Lumiar/São Luís; e vias urbanas em Rosário, Vitorino Freire, Grajaú, Centro do Guilherme, Poção de Pedras, Buriticupu, João Lisboa, São Luís e Imperatriz.

<sup>16</sup> Para mais informações, consultar a seção da Agricultura.

Gráfico 19 - Destinação de investimentos públicos estaduais em andamento por categoria, atualizados até dezembro de 2019 (%)



Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão

No que se refere à categoria de infraestrutura portuária, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) tem investido e atraído capital privado (PPP) com destinação ao Porto do Itaqui, a exemplo das obras de recuperação e expansão dos berços e área de tancagem<sup>17</sup> e de construção de armazéns, ambas em andamento.

Já a construção do novo terminal da Companhia Operadora Portuária do Itaqui (COPI) deve iniciar as operações até dezembro de 2020, com logística integrada à malha ferroviária da Norte-Sul, sendo estimada a movimentação de mais de 3 milhões de toneladas de fertilizantes por ano, além das obras do terminal de celulose da Suzano, com estimativa de geração de 450 empregos diretos.

### 3.4 Mercado de Trabalho

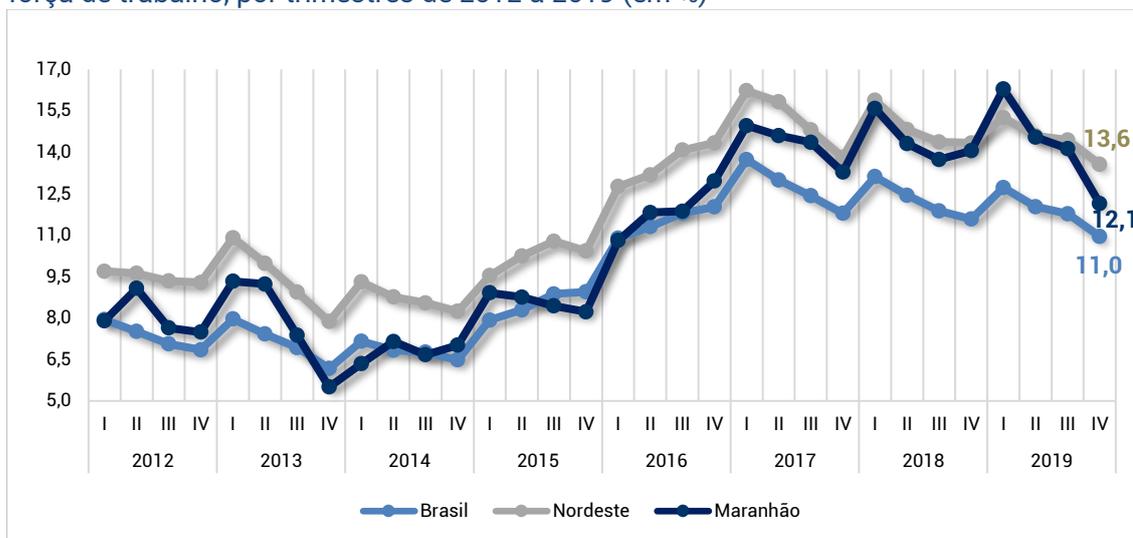
#### 3.4.1 Ocupação

O Maranhão apresenta a maior queda da desocupação entre os estados do país, no quarto trimestre de 2019

Os dados da PNADc sobre o estado do Maranhão, relativos ao 4º trimestre de 2019, mostram que a taxa de desocupação atingiu 12,1%, queda de 2,0 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. Esse foi o maior recuo dentre as Unidades da Federação. Com esse resultado, houve a atenuação de 52 mil pessoas no contingente de desocupados no estado. Observou-se a mesma trajetória na Região Nordeste (13,6%) e no Brasil (11%), que apresentaram queda de 0,8 p.p. e 0,6 p.p, respectivamente. No comparativo com o mesmo período do ano anterior, o Maranhão também assinalou queda na sua taxa de desocupação (1,9 p.p.), variação superior a do Nordeste (-0,8 p.p.) e a do Brasil (-0,6 p.p.).

<sup>17</sup> Em janeiro de 2020, foi assinada pelo Governo do Estado a ordem de serviço destinando R\$ 59,1 milhões para as referidas obras.

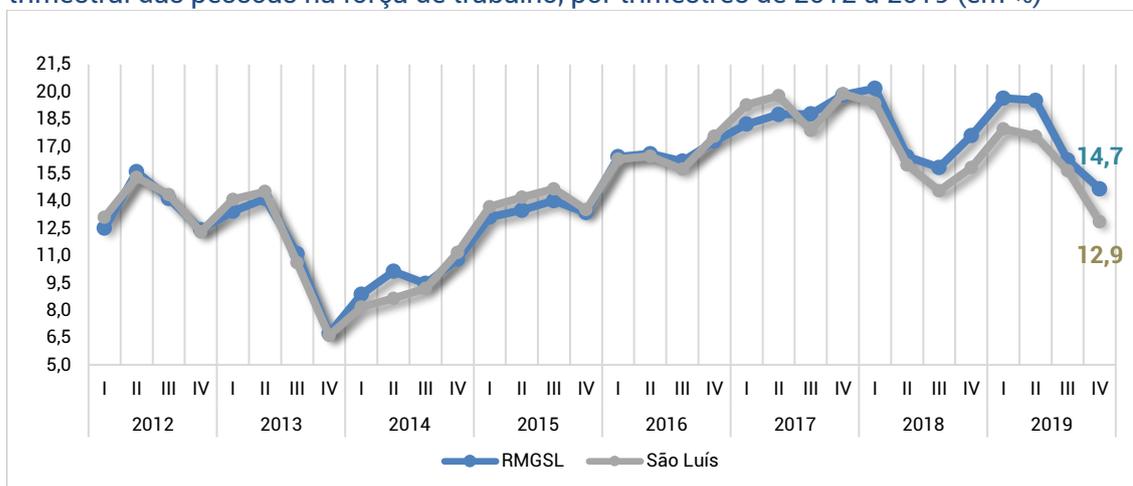
Gráfico 20 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2019 (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

A Região Metropolitana da Grande São Luís também apresentou recuo na taxa de desocupação: 2,9 p.p. no comparativo interanual e 1,6 p.p., em relação ao trimestre anterior. Do mesmo modo, a capital São Luís, que assinalou taxa de desocupação de 12,9%, apontou queda de 3,0 p.p com comparativo interanual e 2,8 p.p., em relação ao trimestre anterior, a segunda maior dentre as capitais do Nordeste.

Gráfico 21 - Região Metropolitana da Grande São Luís e São Luís: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2019 (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

### Maranhão registrou incremento de 55 mil ocupados no 4º trimestre de 2019

O Maranhão atingiu um contingente de 2,32 milhões de pessoas ocupadas no 4º trimestre de 2019, aumento de 2,4% na comparação interanual.

Com exceção da Agropecuária e da Administração Pública, todos os grupamentos apresentaram variações positivas, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O Comércio registrou o maior crescimento absoluto, seguido dos Serviços, com destaque para os "Serviços domésticos". Entretanto, foi na Indústria de Transformação que o aumento do emprego

apresentou a maior variação percentual, de 11,9%. As atividades de "Laticínios" e "Fabricação de produtos de metal" foram as que obtiveram maior aumento no número de ocupados, de 3,9 mil e 3,4 mil, respectivamente.

Tabela 17 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2018 a 2019; Variação Absoluta e taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	Anual		4º trimestre		Var. trimestres		Partic. (%)	
	2018	2019	2018	2019	Abs	%	2018	2019
<b>Total</b>	2.252	2.245	2.268	2.323	55	2,4	100	100
<b>Agropecuária</b>	<b>377</b>	<b>345</b>	<b>347</b>	<b>343</b>	<b>-4</b>	<b>-1,2</b>	<b>15,3</b>	<b>14,8</b>
<b>Indústria</b>	<b>132</b>	<b>134</b>	<b>128</b>	<b>140</b>	<b>12</b>	<b>9,4</b>	<b>5,6</b>	<b>6,0</b>
Indústria de Transformação	103	109	101	113	12	11,9	4,5	4,9
<b>Construção</b>	<b>193</b>	<b>195</b>	<b>211</b>	<b>221</b>	<b>10</b>	<b>4,7</b>	<b>9,3</b>	<b>9,5</b>
<b>Comércio, reparação de veículos</b>	<b>512</b>	<b>515</b>	<b>512</b>	<b>532</b>	<b>20</b>	<b>3,9</b>	<b>22,6</b>	<b>22,9</b>
<b>Serviços inclusive APU, educação e saúde</b>	<b>1.038</b>	<b>1.056</b>	<b>1.070</b>	<b>1.086</b>	<b>16</b>	<b>1,5</b>	<b>47,2</b>	<b>46,7</b>
Transporte, armazenagem e correio	96	100	101	101	0	0,0	4,5	4,3
Alojamento e alimentação	119	123	120	129	9	7,5	5,3	5,6
Informação, comunic., ativ. financ., imob. e adm.	121	131	125	138	13	10,4	5,5	5,9
Outros serviços	97	101	101	101	0	0,0	4,5	4,3
Serviços domésticos	145	151	144	159	15	10,4	6,3	6,8
Administração pública, educação e saúde	460	450	479	458	-21	-4,4	21,1	19,7

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Em relação à Agropecuária, o setor continuou a apresentar resultado negativo, sendo o grande responsável pela perda de ocupações na comparação entre a média do ano de 2019 e a de 2018. Considerando a variação do 4º trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, a atividade de "Produção florestal" registrou a maior perda de ocupações (-16,5 mil). Esse dado é corroborado pela perda de vagas formais registrada pelo CAGED, em que as atividades relacionadas à produção florestal também registraram demissões no ano, principalmente no município de Grajaú.

#### Ocupados por conta própria atingem 32,7% do total de ocupados no 4º trimestre de 2019

Na abertura por posições na ocupação, o grande destaque foi que o aumento da ocupação no 4º trimestre, em comparação ao mesmo período do ano anterior, ocorreu por meio da informalidade, com aumento de 73 mil empregados sem carteira assinada. As categorias "Empregado no setor privado" e "Trabalhadores domésticos", ambas sem carteira, foram as que apresentaram maiores aumentos, com 62 e 11 mil ocupações, respectivamente. Com isso, o Maranhão registrou o maior percentual de trabalhadores sem carteira no setor privado (52,4%) do país.

Tabela 18 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2018 a 2019

Posição na ocupação	2018	2019	4º tri 2018	4º tri 2019	Var. Absoluta	(%)
<b>Total – Maranhão</b>	<b>2.252</b>	<b>2.245</b>	<b>2.268</b>	<b>2.323</b>	<b>55</b>	<b>2,4</b>
<b>Empregados formais e servidores públicos</b>	<b>818</b>	<b>805</b>	<b>836</b>	<b>821</b>	<b>-15</b>	<b>-1,8</b>
Empregado no setor privado – c/carteira	414	414	411	422	11	2,7
Trabalhador doméstico – c/carteira	17	17	17	20	3	17,6
Empr. no setor público – c/carteira	24	22	22	25	3	13,6
Empr. no setor público – s/carteira	144	134	156	137	-19	-12,2
Empr. no setor público – militar e RJU	219	219	230	217	-13	-5,7
<b>Total de empregados s/ carteira</b>	<b>529</b>	<b>555</b>	<b>530</b>	<b>603</b>	<b>73</b>	<b>13,8</b>
Empregado no setor privado – s/carteira	402	422	403	465	62	15,4
Trabalhador doméstico – s/carteira	127	133	127	138	11	8,7
<b>Empregadores</b>	<b>70</b>	<b>64</b>	<b>65</b>	<b>68</b>	<b>3</b>	<b>4,6</b>
<b>Total conta própria</b>	<b>752</b>	<b>746</b>	<b>753</b>	<b>759</b>	<b>6</b>	<b>0,8</b>
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b>	<b>84</b>	<b>74</b>	<b>85</b>	<b>72</b>	<b>-13</b>	<b>-15,3</b>

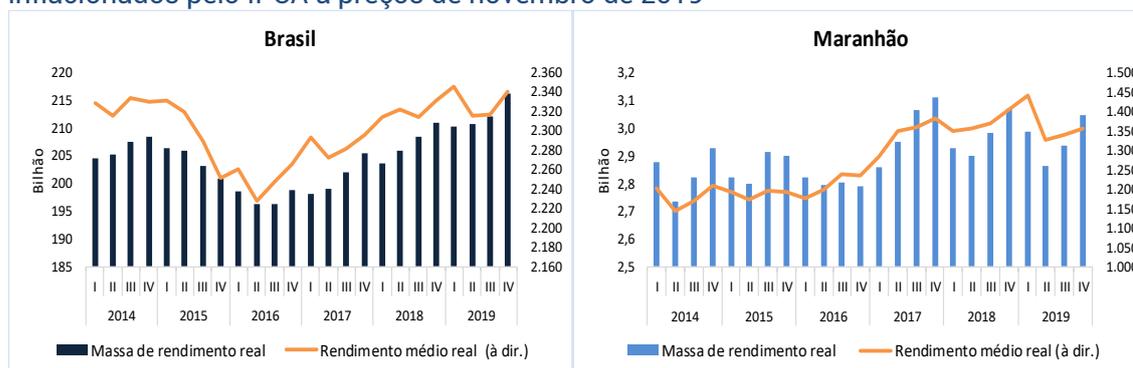
Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Na posição “Conta própria”, houve aumento de 6 mil ocupações no 4º trimestre. Isso fez com que o estado atingisse o percentual de 32,7% do total de ocupados trabalhando nessa posição, o terceiro maior do país.

#### Massa de rendimento das pessoas ocupadas no Maranhão registrou avanço superior à média nacional

A massa de rendimentos reais da população ocupada do Maranhão (R\$ 3,0 bi) registrou variação de 3,8% no quarto trimestre de 2019, na comparação com o trimestre anterior e queda de 0,8% contra o mesmo período do ano anterior. Em se tratando dos rendimentos reais da população ocupada, o Maranhão apresentou rendimento médio de R\$ 1,4 mil no quarto trimestre de 2019, o que representou uma alta de 1,2% no confronto com o trimestre imediatamente anterior e queda de 3,7% no comparativo interanual.

Gráfico 22 - Brasil e Maranhão: Rendimento médio real (R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do 1º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de novembro de 2019



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Com base na análise dos microdados, ficou evidenciado que a alta da massa real de rendimentos no Maranhão, na comparação com o último trimestre, ocorreu principalmente nas “Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria” (R\$ 32,6 milhões) e “Ensino médio” (R\$ 27,2 milhões). Por outro lado, as atividades relacionadas a “Atendimento hospitalar” (-R\$ 30,2 milhões) e “Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas” (+R\$ 19,7 milhões) foram as que registraram pior desempenho em termos de massa de rendimentos do trabalho.

### 3.4.2 Emprego formal

Maranhão criou 10,7 mil empregos formais no ano, segundo melhor resultado do Nordeste

Pelo terceiro ano consecutivo, o Maranhão apresentou saldo positivo de criação de empregos formais (+10,7 mil), configurando o 2º melhor resultado do Nordeste e a maior geração de vagas desde 2013. Quando se considera a variação do estoque de empregos no ano (+2,3%), o estado liderou na região. O setor de Serviços capitaneou as contratações líquidas, com a geração de 6 mil vagas de empregos com carteira. O subsetor “Serviços médicos, odontológicos e veterinários” foi o que mais se destacou (+5,6 mil). Ademais, sobressaíram-se, em 2019, os setores da Construção Civil (+3,2 mil) – em especial o segmento de “Instalações elétricas” (+1,3 mil) –, além do Comércio (+2,5 mil), com ênfase na atividade de “Comércio varejista de mercadorias – hipermercados e supermercados” (+1,2 mil).

Tabela 19 - Maranhão: Geração de emprego formal de 2017 a 2019\*, segundo subsetores de atividade; saldo mensal, acumulado e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado		Variação Absoluta (b-a)
	2017	2018	2018 (a)	2019 (b)	
<b>Total</b>	<b>2.299</b>	<b>9.969</b>	<b>10.245</b>	<b>10.707</b>	<b>462</b>
Extrativa Mineral	-170	66	77	67	-10
Indústria de Transformação	-2.151	-167	-137	-361	-224
Produtos minerais não metálicos	-765	277	288	-99	-387
Metalúrgica	-56	195	194	-189	-383
Mecânica	164	-339	-340	-283	57
Material elétrico e de comunicações	-49	16	15	28	13
Material de transporte	-37	11	11	-10	-21
Madeira e do mobiliário	-232	-16	-10	83	93
Papel, papelão, editorial e gráfica	8	90	90	-69	-159
Borracha, fumo, couros e similares	-25	65	66	-2	-68
Química de prod. farm., vet.	-1.008	-144	-143	183	326
Têxtil do vestuário e tecidos	-47	39	40	-17	-57
Calçados	5	5	5	8	3
Alimentos e bebidas	-109	-366	-353	6	359
SIUP <sup>1</sup>	73	406	405	-104	-509
Construção Civil	626	-3.701	-3.569	3.229	6.798
Comércio	-438	2.500	2.532	2.482	-50
Comércio Varejista	-245	2.327	2.350	2.316	-34
Comércio Atacadista	-193	173	182	166	-16
Serviços	4.416	9.108	9.146	6.030	-3.116
Inst. de crédito, seg.	-88	35	36	19	-17
Com. e adm. de imóveis, valores	-27	2.748	2.807	778	-2.029
Transportes e comunicações	1.591	358	318	316	-2
Alojamento, alimentação, etc.	368	3.745	3.742	-1.706	-5.448
Serv. médicos, odont. e vet.	2.018	1.679	1.671	5.986	4.315
Ensino	554	543	572	637	65
Administração Pública	62	420	430	-655	-1.085
Agropecuária	-119	1.337	1.361	19	-1.342

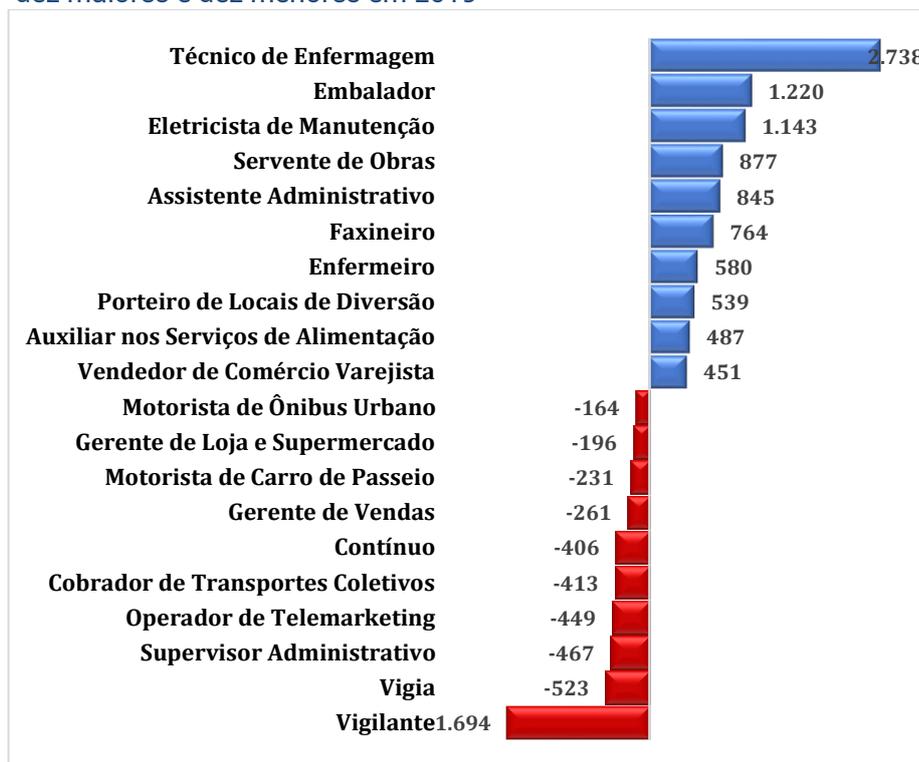
Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME)

\*Com ajustes até novembro

<sup>1</sup>SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

O **Gráfico 23** a seguir apresenta os tipos de ocupação que registraram maiores saldos de emprego formal em 2019, destacando-se: Técnico de Enfermagem (+2,7 mil), Embalador (+1,2 mil) e Eletricista de Manutenção (+1,1 mil).

Gráfico 23 - Maranhão: Saldo de emprego formal por tipo de ocupação, dez maiores e dez menores em 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME)

### Vagas ocupadas por mulheres representaram 56% do total gerado em 2019

Em relação ao perfil das contratações, em 2019, a maior parte das vagas geradas foram ocupadas por mulheres, contribuindo para aumentar a participação da mulher no mercado de trabalho maranhense. Vale destacar que, segundo projeção do IBGE, as mulheres deverão representar mais da metade da população maranhense em 2020, contudo representaram apenas 38% das vagas celetistas existentes em 2019.

Tabela 20 - Maranhão: Geração de emprego formal, considerando a característica das vagas; janeiro a dezembro de 2019\*

Perfil Social	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque 2019
<b>Total</b>	<b>162.242</b>	<b>-151.535</b>	<b>10.707</b>	<b>471.922</b>
<b>SEXO</b>				
Masculino	109.159	-104.429	4.730	291.914
Feminino	53.083	-47.106	5.977	180.008
<b>FAIXA ETÁRIA</b>				
Até 24 anos	44.357	-32.012	12.345	80.891
25 a 39 anos	84.336	-83.162	1.174	249.818
40 a 49 anos	24.035	-25.044	-1.009	89.884
50 a 64 anos	9.219	-10.604	-1.385	47.925
65 anos ou mais	295	-713	-418	3.402
<b>ESCOLARIDADE</b>				
Analfabeto	1.751	-1.720	31	2.181
Fundamental incompleto	15.126	-16.394	-1.268	33.180
Fundamental completo + Médio incompleto	19.562	-19.790	-228	52.290
Médio completo + Superior incompleto	111.613	-101.314	10.299	321.544
Superior completo	14.190	-12.317	1.873	62.727

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME) \*Com ajuste até novembro/2019

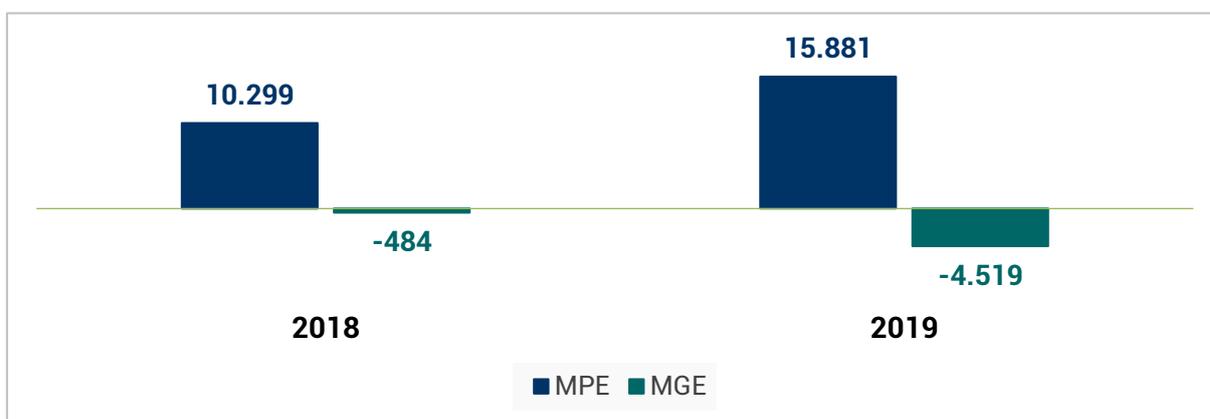
Na abertura por faixa etária, os jovens que possuem até 24 anos foram os que mais foram alocados no mercado de trabalho formal, seguidos da faixa etária de 25 a 39 anos, únicas com saldo positivo na geração de empregos anual.

Considerando a escolaridade, a maior parte das vagas geradas foi ocupada por pessoas que possuíam entre o Ensino Médio Completo e o Superior Incompleto. Portanto, fica evidenciado que as características das ocupações geradas estão associadas aos setores de atividade que impulsionaram a geração de empregos: Construção Civil e Serviços.

#### Microempresas e Pequenas Empresas geraram 15,9 mil empregos no ano

Em 2019, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela geração de 15,9 mil empregos formais no Maranhão<sup>18</sup>, uma variação de 54%, em relação a 2018, impulsionada principalmente pelo setor de Serviços (+10 mil). Por outro lado, as Médias e Grandes Empresas (MGE) extinguiram 4,5 mil postos de trabalho no acumulado do ano.

Gráfico 24 - Maranhão: Saldo de empregos gerados, segundo porte das empresas – 2018 e 2019\*



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME) \*Ajustado até novembro  
Nota 1: O Sebrae não classifica o porte de empresas que pertencem à Administração Pública.

#### No acumulado de janeiro a dezembro de 2019, o trabalho intermitente assinalou 2 mil novos empregos no Maranhão

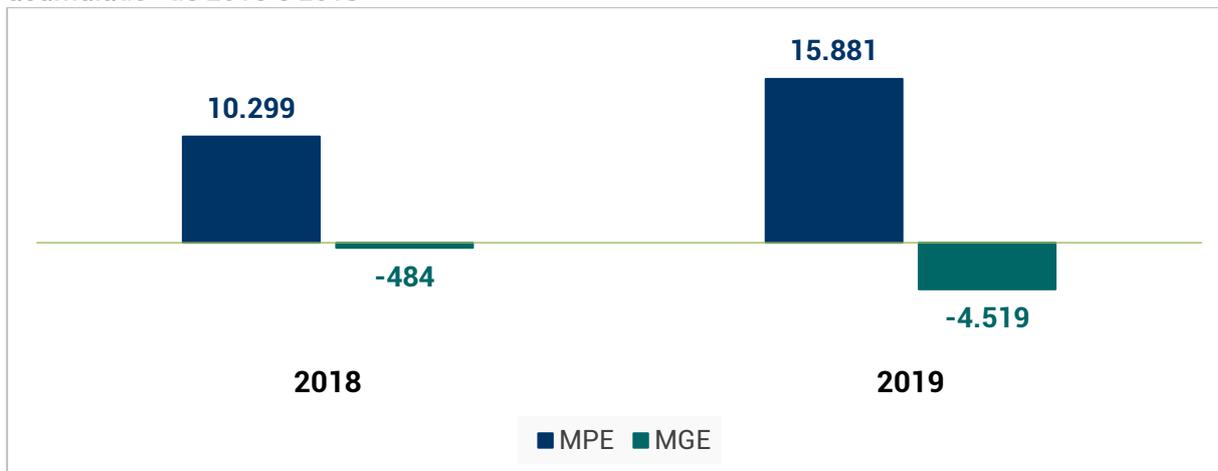
No **Gráfico 25** a seguir, destacam-se os números da flexibilização trabalhista, nos doze meses do ano, no que se refere ao trabalho em regime parcial<sup>19</sup> e trabalho intermitente<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Utiliza-se a classificação de porte de empresas do SEBRAE.

<sup>19</sup> De acordo com a regulamentação legal, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração semanal não exceda a 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares, ou ainda, aquele cuja duração semanal não exceda a 26 horas, com a possibilidade de até 6 horas suplementares semanais.

<sup>20</sup> No que concerne ao trabalho intermitente, as regras alteradas pela MP 808/2017 criam uma nova modalidade de contrato de trabalho, na qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado. O contrato deve ser registrado em regime celetista, ainda que previsto em convenção ou acordo coletivo.

Gráfico 25 - Maranhão: Saldo emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente, acumulado\* de 2018 e 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME) \*Ajustado até novembro  
Nota 1: O Sebrae não classifica o porte de empresas que pertencem à Administração Pública.

Em 2019, o trabalho em regime parcial registrou saldo de 448 contratações líquidas, geradas principalmente no setor de Serviços (+404). O trabalho intermitente, por sua vez, assinalou pouco mais de 2 mil admissões líquidas em 2019, grande parte no setor do Comércio. Quando comparada ao ano anterior, essa modalidade apresentou um crescimento bastante significativo (+1,3 mil).

Ademais, ainda houve 1.034 desligamentos, mediante acordo entre empregado e empregador no ano, sendo os setores Serviços (-515) e Comércio (-277) os que atingiram maiores desmobilizações.

### Abrangência Municipal

128 municípios apresentaram resultado positivo em 2019, com destaque para a capital São Luís, Vila Nova dos Martírios e Balsas

A **Tabela 21** seguinte apresenta o saldo de empregos formais nos municípios maranhenses, por setor de atividade, em 2019. Dentre os municípios que mais geraram empregos, estão: São Luís (+6,4 mil); Vila Nova dos Martírios (+768); e Balsas (+616).

Em São Luís, o setor de Serviços manteve-se como maior gerador de postos de trabalho no acumulado do ano, em virtude da atividade “Apoio à gestão de saúde” (+5,6 mil). Além disso, a partir do segundo semestre, a Construção Civil acelerou o processo de geração de empregos, com destaque para a atividade de “Instalações elétricas” (+1,4 mil).

Tabela 21 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo setores de atividade: maiores e menores saldos de contratação no acumulado\* de 2019

Ordem	Município	Extrativ a Mineral	Indústria a Transf.	SIUP <sup>1</sup>	Construç ão Civil	Comé rcio	Serviço s	Adm. Pública	Agro- pecu ária	Total
	<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>-361</b>	<b>-104</b>	<b>3.229</b>	<b>2.482</b>	<b>6.030</b>	<b>-655</b>	<b>19</b>	<b>10.707</b>
1º	São Luís	22	281	-32	1.472	414	4.618	-273	-27	6.475
2º	Vila Nova dos Martírios	0	8	0	688	-1	5	0	68	768
3º	Balsas	-9	-1	3	4	239	185	0	195	616
4º	Santo Antônio dos Lopes	0	0	-4	533	-10	15	0	0	534
5º	Caxias	0	-24	-7	-26	338	87	0	93	461
6º	Pedreiras	0	34	-3	388	52	-28	0	1	444

7º	Timon	-1	103	-1	-14	200	156	0	-5	438
8º	Godofredo Viana	104	3	0	182	4	23	0	0	316
9º	Esperantinópolis	0	0	0	5	-4	215	0	1	217
10º	São Raimundo das Mangabeiras	0	99	0	75	-17	6	0	45	208
208º	São Mateus do Maranhão	0	-43	1	-57	-13	17	0	0	-95
209º	Sítio Novo	0	1	0	-114	4	9	0	0	-100
210º	Urbano Santos	0	0	1	0	-36	2	0	-68	-101
211º	Santa Inês	0	-6	-6	21	41	-163	0	5	-108
212º	Bacabeira	-11	-27	0	-81	16	-7	0	-1	-111
213º	Açailândia	0	-395	7	30	150	94	0	-29	-143
214º	Itapecuru Mirim	-23	-184	-9	32	-28	-10	0	-6	-228
215º	Grajaú	16	-83	0	19	37	98	0	-365	-278
216º	Imperatriz	-8	-115	-7	-448	157	263	-379	252	-285
217º	São José de Ribamar	0	14	-46	35	-50	-298	0	14	-331

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME) \*Acumulado até dezembro (ajustado até novembro)

Em Vila Nova dos Martírios (+768), a Construção Civil concentrou a maior parte das novas vagas geradas em 2019, com destaque para a atividade de “Construção de edifícios”, responsável pelo saldo de 688 empregos.

Em Balsas, o Comércio, a Agropecuária e os Serviços contribuíram para a geração de vagas no acumulado do ano, com destaque para as respectivas atividades: “Comércio varejista de mercadorias em geral – hipermercados e supermercados” (+116), “Criação de aves” (+103) e “Transporte rodoviário de carga” (+114). No geral, 107 atividades registraram resultado positivo no ano, indicando que o mercado de trabalho no município estava aquecido em vários setores.

Entre os saldos negativos mais expressivos, destacam-se os municípios de São José de Ribamar (-331), Imperatriz (-285) e Grajaú (-278).

Em São José de Ribamar, o setor de Serviços foi o maior responsável pelo saldo negativo no acumulado do ano, com demissões concentradas, principalmente, na atividade de “Vigilância e segurança privada” (-296).

Em Imperatriz, o bom desempenho dos setores de Serviços, Agropecuária e Comércio não foi suficiente para compensar a queda na Construção Civil e na Administração Pública. A Construção não conseguiu se recuperar no segundo semestre do ano, como aconteceu na capital, terminando o ano com saldo negativo de 448 postos de trabalho. A atividade de “Construção de edifícios” (-357) foi a que mais impactou no resultado. O destaque positivo ficou por conta da atividade de “Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador” (+264).

Em Grajaú, as atividades de “Apoio à produção florestal” (-274) e “Produção florestal – florestas nativas” (-119) foram as que apresentaram maiores saldos negativos. As demissões nas atividades, relacionadas à produção florestal, podem ser resultantes de diminuição na produção de celulose em 2019. Com a normalização esperada do estoque da *commodity*, ao longo de 2020, o cenário para esse ano deve ser mais estável, com os preços acompanhando a demanda mundial.

### 3.5 Finanças Públicas

A maior eficiência na arrecadação tributária do Maranhão e o maior dinamismo da economia do país têm contribuído para o aumento das receitas do estado

Em 2019, a Receita Total do estado do Maranhão foi R\$ 16,4 bilhões, de acordo com os dados disponibilizados pela SEPLAN/MA<sup>21</sup>. Desse total, R\$ 15,1 bilhões foram oriundos das Receitas Correntes e R\$ 358,2 milhões das Receitas de Capital.

Tabela 22 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões correntes, em 2019\*

Descrição	R\$
<b>Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)</b>	<b>15.510,68</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15.152,40</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.186,70
Contribuições	606,91
Receita Patrimonial	97,20
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	6,26
Transferências Correntes	8.044,61
Outras Receitas Correntes	210,71
<b>Receitas de Capital</b>	<b>358,28</b>
Operações de Crédito	292,64
Alienação de Bens	2,43
Amortizações de Empréstimos	-
Transferências de Capital	8,26
Outras Receitas de Capital	54,95
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)</b>	<b>926,27</b>
<b>Total (I + II)</b>	<b>16.436,96</b>

Fonte: SEPLAN \*Dados passíveis de alteração

As receitas mais significativas são as Receitas Tributárias (R\$ 6,1 bilhões) e as Transferências Correntes (R\$ 8,0 bilhões). Já em relação às Receitas de Capital, aquelas que apresentaram maior relevância durante o período foram as Operações de Crédito (R\$ 292,6 milhões), cujos recursos têm sido utilizados para a realização de obras como a implantação do BRT e do Programa Mais Asfalto.

Quanto às Receitas Tributárias, observou-se que os tributos estaduais apresentaram um aumento de 7,8% durante o biênio. Contribuíram para esse resultado, o aumento na arrecadação de ICMS em R\$ 101,5 milhões; do FUMACOP em R\$ 301,3 milhões e da rubrica "Demais" em R\$ 208,1 milhões, cujo destaque foi a arrecadação de *ICMS Substituição Saída* (+ R\$ 166,6 milhões).

Tabela 23 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em 2018, em dezembro de 2019 e no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2019 e crescimento real (%)

Descrição	2018	Dezembro			Acumulado (janeiro - dezembro)		
		2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
ICMS <sup>1</sup>	6.719,87	650,40	9,3	55,19	6.821,43	1,5	101,56
ITCD	17,17	1,45	-46,5	-1,26	17,96	4,6	0,80
FUMACOP	338,50	56,54	62,8	21,81	639,84	89,0	301,34
IPVA	429,25	12,11	-39,8	-8,00	454,95	6,0	25,70
Demais <sup>2</sup>	705,7	78,4	13,8	9,5	913,8	29,5	208,1
<b>Total</b>	<b>8.210,50</b>	<b>798,90</b>	<b>10,7</b>	<b>77,22</b>	<b>8.847,99</b>	<b>7,8</b>	<b>637,49</b>

Fonte: SEFAZ (ORACLE) <sup>1</sup>Refere-se aos contribuintes inscritos e não inscritos, mas que realizam a arrecadação de ICMS. <sup>2</sup>Taxas cobradas por todas as Secretarias (Fazenda, Segurança, DETRAN, Vigilância, Bombeiros etc.); Multas aplicadas pelas Secretarias da Fazenda, Ambiente, Vigilância, Meio Ambiente, TCE, PROCON etc.); Contribuições para Fundos Públicos (Fundo da Indústria, do Meio Ambiente, de Combate ao Câncer, entre outros). \*Dados coletados em 05/12/19

<sup>21</sup> O sistema da SEPLAN utilizado para o acompanhamento das receitas e despesas do estado encontra-se em fase de atualização, o que impossibilita uma análise comparativa dos dados, com relação a períodos anteriores.

Cabe destacar que o aumento da arrecadação de ICMS, ao longo de 2019, foi influenciado tanto pela gradual retomada da atividade econômica como por ações implementadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ):

- Aumento das importações de combustíveis (+42,8%), cujo resultado tem se aproximado da média do período pré-crise, refletindo o movimento de retomada de crescimento da atividade econômica do país;
- Entrada em vigor da Medida Provisória nº 292/2019 que instituiu o Programa de Pagamento e Parcelamento, com redução de multas e juros de débitos fiscais<sup>22</sup>;
- Alterações na lei nº 7.799/2002 e na lei nº 8.6208/2004, por meio do Projeto de Lei 239/18 que incluiu novos itens na cobrança do ICMS<sup>23</sup>;
- Intensificação do monitoramento dos contribuintes com maior capacidade contributiva do estado, realizado pela equipe da Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ). De acordo com a referida Secretaria, "ao longo de 2019, centenas de estabelecimentos foram submetidos ao processo de monitoramento fiscal, correspondendo a 63% da arrecadação do total do ICMS, e totalizando R\$ 800 milhões em valores reclamados". Ainda de acordo com o órgão, a expectativa é a de que, em 2020, o número de empresas a serem monitoradas represente 73% da arrecadação de ICMS do estado. A **Tabela 24** seguinte apresenta os valores arrecadados no estado, por meio das ações realizadas pelo monitoramento fiscal<sup>24</sup>.

Tabela 24 - Maranhão: Balanço do monitoramento fiscal realizado pela SEFAZ em 2019

Descrição	Empresas notificadas	Valor total (R\$ milhões)	Total pago/parcelado (R\$ milhões)
Combustíveis	acima de 230	241,0	62,0
Telecomunicação e Energia Elétrica	20	91,6	21,7
Comércio Exterior	67	4,1	2,7
<b>Total</b>	-	<b>336,7</b>	<b>86,4</b>

Fonte: SEFAZ/MA

A análise do ICMS por setor de atividade econômica indica que, no comparativo interanual, houve o aumento na arrecadação em todos os setores. O Primário apresentou um crescimento de 11,9%, com destaque para o grupo de atividade de Agricultura (+ R\$ 5,8 milhões); o Terciário registrou um crescimento de 10,7%, com destaque para o grupo de atividade de Combustível (+R\$ 270,3 milhões) e o setor Secundário apresentou um crescimento de 5,4%, com destaque para a Indústria de Transformação (+R\$ 168,5 milhões).

<sup>22</sup> Para mais detalhes, consultar: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=377434>>.

<sup>23</sup> Informações adicionais em: <<https://www.al.ma.leg.br/diarios/arquivos/DIARIO181-03-12-18.pdf>>.

<sup>24</sup> A SEFAZ, por meio da [Portaria 209/2019](#), instituiu um sistema de monitoramento fiscal dos grandes contribuintes de ICMS do estado do Maranhão. Com essa ferramenta, cerca de 65 auditores fiscais estão acompanhando o comportamento econômico-fiscal dos contribuintes, com vistas a identificar e combater irregularidades.

Tabela 25 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica em 2018, em dezembro de 19, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2019, crescimento real 18/19 (%) e Variação Absoluta

Setor	Grupo Atividade	2018	Dezembro			Acumulado (Jan. - Dez.)		
			2019*	Cresc. (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. (%)	Var. Abs.
PRIMÁRIO	Agricultura	12,9	1,3	10,3	0,1	19,3	50,1	6,4
	Pecuária	33,1	2,5	-29,5	-1,0	32,1	-2,9	-1,0
	Pesca e Aquicultura	0,7	0,1	11,4	0,0	0,7	-8,0	-0,1
	Produção Florestal	1,9	0,2	61,7	0,1	2,2	18,4	0,3
	<b>Subtotal</b>	<b>48,5</b>	<b>4,0</b>	<b>-17,1</b>	<b>-0,8</b>	<b>54,3</b>	<b>11,9</b>	<b>5,8</b>
SECUNDÁRIO	Combustível <sup>1</sup>	2.182,5	214,0	10,7	20,6	2.283,3	4,6	100,8
	Energia Elétrica	123,0	1,9	150,5	1,1	15,5	-87,4	-
	Ind. de Transf.	1.050,7	116,3	11,0	11,5	1.219,2	16,0	168,5
	Ind. Extrativista	9,2	1,9	99,2	0,9	29,5	222,1	20,4
	Ind. Outras	2,3	0,2	-22,6	-0,1	2,9	24,8	0,6
	<b>Subtotal</b>	<b>3.367,7</b>	<b>334,3</b>	<b>11,4</b>	<b>34,2</b>	<b>3.550,5</b>	<b>5,4</b>	<b>182,8</b>
TERCIÁRIO	Combustível <sup>2</sup>	140,4	68,4	402,4	54,8	410,7	192,5	270,3
	Com. Atacadista	1.114,0	99,8	-3,4	-3,5	1.171,2	5,1	57,2
	Com. Varejista	1.043,0	100,0	3,5	3,3	1.083,8	3,9	40,7
	Energia Elétrica	875,9	76,6	-11,3	-9,8	901,9	3,0	26,0
	Outros Serviços	77,7	8,9	29,8	2,0	97,2	25,0	19,4
	Serv. de Comunicação	385,3	32,7	4,8	1,5	393,7	2,2	8,4
	Serv. de Transp.	227,5	19,6	-2,1	-0,4	217,8	-4,3	-9,7
	<b>Subtotal</b>	<b>3.863,8</b>	<b>406,0</b>	<b>13,4</b>	<b>48,0</b>	<b>4.276,1</b>	<b>10,7</b>	<b>412,3</b>

Fonte: ORACLE (SEFAZ) \*Dados coletados em 20/01/2020. <sup>1</sup>Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes. <sup>2</sup>Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e à distribuição de combustíveis.

### No final de 2019, o Maranhão recebeu quase R\$ 500,00 milhões de recursos da cessão onerosa

Quanto às Transferências Constitucionais para o estado, observou-se um crescimento de 7,7%, entre 2018 e 2019. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo incremento de R\$ 268,7 milhões no Fundo de Participação dos Estados (FPE), refletindo o aumento da arrecadação de Imposto de Renda (IR) em âmbito federal e pelo recebimento de R\$ 275,5 milhões de recursos da cessão onerosa no mês de dezembro.

No que tange às transferências realizadas para os municípios maranhenses, verificou-se um crescimento de 9,4% durante o período. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento das transferências para o FUNDEB (+R\$ 361,3 milhões), para o FPM (+R\$ 163,3 milhões), pelo aumento expressivo do pagamento de *royalties* da mineração (+R\$ 173,7 milhões) aos municípios maranhenses cortados pela ferrovia Carajás e pelo recebimento de recursos da cessão onerosa no mês de dezembro (R\$ 223,8 milhões).

Tabela 26 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em 2018, em dezembro de 2019, no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA de janeiro de 2020, crescimento real 18/19 (%) e Variação Absoluta

Descrição	2018	Dezembro			Acumulado (janeiro - dezembro)		
		2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
<b>Estado</b>	<b>7.117,88</b>	<b>1.015,68</b>	<b>47,2</b>	<b>325,84</b>	<b>7.665,91</b>	<b>7,7</b>	<b>548,02</b>
FPE	5.444,99	573,79	4,6	25,70	5.713,71	4,9	268,71
FUNDEB	1.481,20	151,87	21,6	27,06	1.536,29	3,7	55,08
Cessão Onerosa	-	275,56	-	-	275,56	-	-
Demais <sup>1</sup>	191,69	14,46	-14,5	273,09	140,36	-0,9	224,22
<b>Municípios</b>	<b>9.306,84</b>	<b>1.380,86</b>	<b>32,7</b>	<b>413,74</b>	<b>10.645,70</b>	<b>9,4</b>	<b>921,11</b>
FPM	3.649,74	543,23	0,9	42,92	3.974,23	4,2	163,36
FUNDEB	5.485,94	587,32	21,0	136,38	6.096,57	6,3	361,35
Cessão Onerosa	-	223,85	-	-	223,85	-	-
Demais <sup>2</sup>	171,16	26,46	55,0	234,44	351,05	-1,1	396,40

Fonte: STN <sup>1</sup>Fazem parte dessa rubrica a Cide-combustíveis, o IOF-Ouro, o IPI vinculado à exportação, as transferências relacionadas à Lei Kandir e os royalties. <sup>2</sup>Fazem parte dessa categoria todas as transferências citadas anteriormente, substituindo-se o IPI-exp pelo ITR

Cabe destacar que, embora a princípio tenha sido estimada uma arrecadação de receitas no estado superior à observada em 2019, destaca-se que, em virtude da crise provocada pelo Coronavírus, essas estimativas foram revisadas. Em abril, o Governador do Maranhão concedeu entrevista coletiva à imprensa, apontando a estimativa de perda de R\$ 1 bilhão em receitas no estado até o final de 2020<sup>25</sup>.

#### A Educação teve o maior volume de gastos no estado em 2019

Em 2019, as despesas do estado foram correspondentes a R\$ 17,0 bilhões. Deste montante, R\$ 14,2 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 1,9 bilhão para as Despesas de Capital. Dentre as primeiras, R\$ 8,9 bilhões foram direcionados para os gastos com "Pessoal e encargos sociais" e R\$ 4,8 bilhões para a rubrica "Outras despesas correntes". Já entre as Despesas de Capital, o destaque foi para a realização de "Investimentos", cujo total foi correspondente a R\$ 1,3 bilhão (**Tabela 27**).

Tabela 27 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a dezembro de 2019, em R\$ milhões correntes

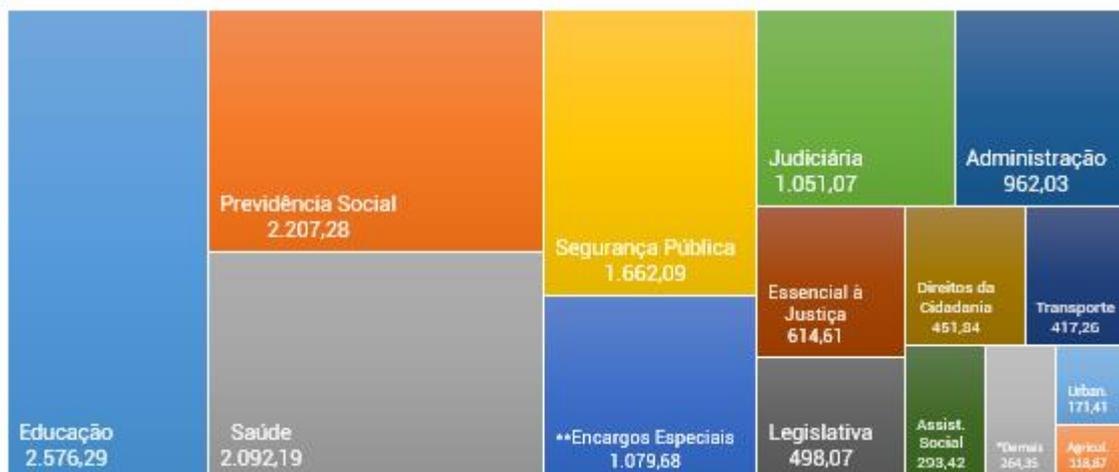
Descrição	R\$ milhões*
<b>Despesas (Exceto Intraorçamentárias) (I)</b>	<b>16.178,26</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14.242,90</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.970,69
Juros e Encargos da Dívida	392,91
Outras Despesas Correntes	4.879,30
<b>Despesas De Capital</b>	<b>1.935,36</b>
Investimentos	1.305,70
Inversões Financeiras	0,71
Amortização da Dívida	628,94
<b>Despesas (Intra-Orçamentárias) (II)</b>	<b>904,09</b>
<b>Total (I + II)</b>	<b>17.082,35</b>

Fonte: SEPLAN. \*Dados passíveis de alteração

<sup>25</sup>Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/economia/2020/04/maranhao-deve-perder-r-1-bi-ate-o-fim-do-ano/>>. Acesso em: 13/04/2020.

Quanto aos gastos por função, observou-se que no acumulado de janeiro a novembro de 2019, as áreas que receberam os maiores volumes de recursos no Maranhão foram: Educação (R\$ 2,5 bilhões), Previdência Social (R\$ 2,2 bilhões), Saúde (R\$ 2,0 bilhões) e Segurança Pública (R\$ 1,6 bilhão).

Gráfico 26 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a novembro de 2019\*\*\*, em R\$ milhões correntes



Fonte: SEPLAN \*Fazem parte dessa rubrica, as seguintes funções: Cultura, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Indústria, Desporto e Lazer, Comércio e Serviços, Trabalho, Habitação, Organização Agrária e Energia. \*\* Inclui serviço da dívida, ressarcimentos e indenizações. \*\*\*Dados passíveis de alteração

Esse maior volume de recursos direcionado para a área educacional tem se traduzido na realização de obras relacionadas ao Centro de Educação Integral, ao Programa Escola Digna, às obras direcionadas aos IEMAS, à melhoria na rede física de educação, à expansão da Universidade Estadual do Maranhão, além de outros investimentos em andamento no estado.

Ainda nesse contexto, em janeiro de 2020, a Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) aprovou o projeto de Lei 002/2020 que versa sobre o valor dos vencimentos dos servidores públicos estaduais da Educação Básica. O referido projeto garante a recomposição salarial entre 5% e 17,49%, contemplando cerca de 45 mil servidores, entre ativos e inativos, com impacto anual de R\$ 198 milhões na folha de pagamento do estado, segundo a Mensagem 003 encaminhada ao Poder Legislativo.

Mesmo diante de um quadro de crise fiscal na maior parte dos estados brasileiros, o Maranhão tem conseguido alcançar resultados dentro dos limites da LRF

De acordo com os dados do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referente ao terceiro quadrimestre de 2019, a relação Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida do Maranhão (DTP/RCL) atingiu 45,58%. Em valores absolutos, a Despesa Total com Pessoal (DTP) totalizou R\$ 6,6 bilhões, crescimento nominal de 6,4% em relação a 2018. Essa elevação foi menor que a da Receita Corrente Líquida (RCL), que apresentou avanço nominal de 9,3% no período (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Maranhão: Despesa Total com Pessoal (DTP) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) e Limites da LRF – Acumulado de 12 meses de 2013 ao 3º quadrimestre de 2019\* (em %)



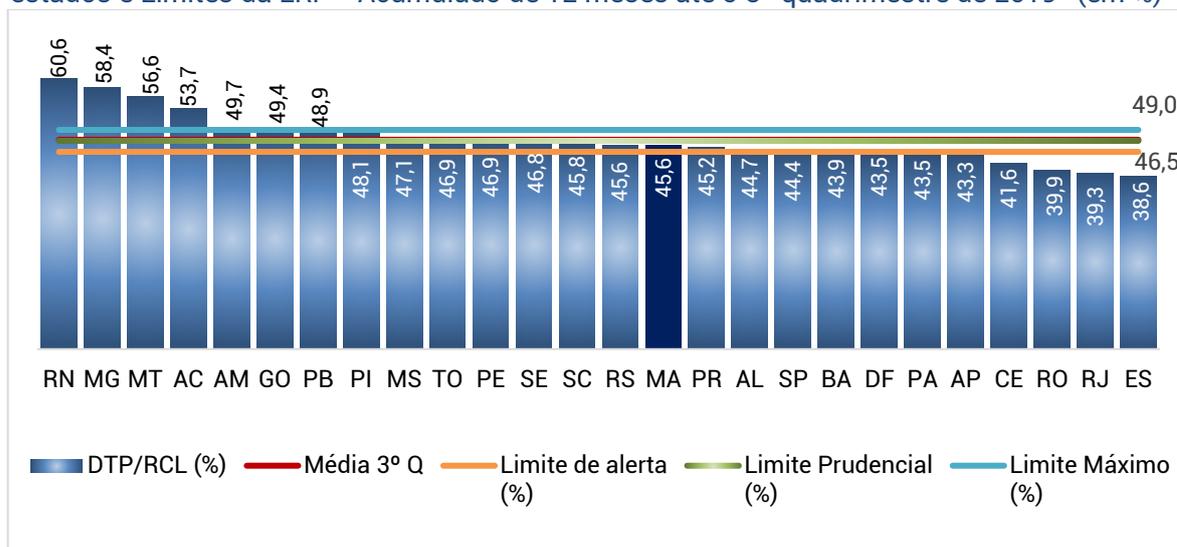
Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (SEPLAN/MA) \*Dados de 2019 passíveis de modificação

De acordo com o art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa total com pessoal do Executivo dos estados, em cada período de apuração, não pode exceder a Receita Corrente Líquida (RCL) em 49%. A mesma lei estabelece os limites prudencial e de alerta, correspondentes a 46,55% e 44,10%, respectivamente.

Considerando-se as limitações impostas constitucionalmente, observa-se que, de acordo com os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do terceiro quadrimestre de 2019, o estado do Maranhão ultrapassou o limite de alerta. No entanto, a redução de 1,25 p.p. na relação DTP/RCL entre o último quadrimestre de 2018 e o último quadrimestre de 2019 evidencia que o estado já está adotando as providências necessárias para manter as contas públicas nos limites estabelecidos pela LRF.

Quanto à relação entre a Despesa Total com Pessoal (DTP) e a Receita Corrente Líquida, observou-se que a maioria dos estados ultrapassou o limite de alerta definido pela LRF, isto é, de 44,1%. Vale ressaltar que Rio Grande do Norte (60,6%), Minas Gerais (58,4%), Mato Grosso (56,6%), Acre (53,7%), Amazonas (49,7%) e Goiás (49,4%) apresentaram os resultados mais alarmantes, ultrapassando o limite máximo definido pela Constituição, equivalente a 49%.

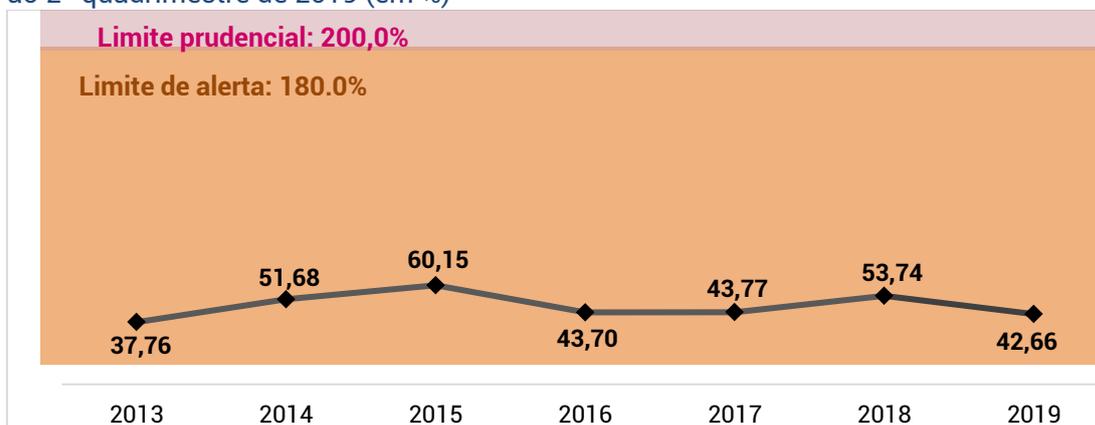
Gráfico 28 - Maranhão: Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida dos estados e Limites da LRF – Acumulado de 12 meses até o 3º quadrimestre de 2019\* (em %)



\*Dados passíveis de alteração. Fonte: SICONFI/STN

No que tange à relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), observou-se que, no 3º quadrimestre de 2019, o estado do Maranhão se manteve dentro dos limites definidos pela LRF, com o resultado correspondente a 42,66%, representando uma redução de 11,08 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos absolutos, a DCL saiu de R\$ 7,1 bilhões para cerca de R\$ 6,1 bilhões.

Gráfico 29 - Maranhão: Evolução da Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – acumulado de 12 meses de 2013 ao 2º quadrimestre de 2019 (em %)

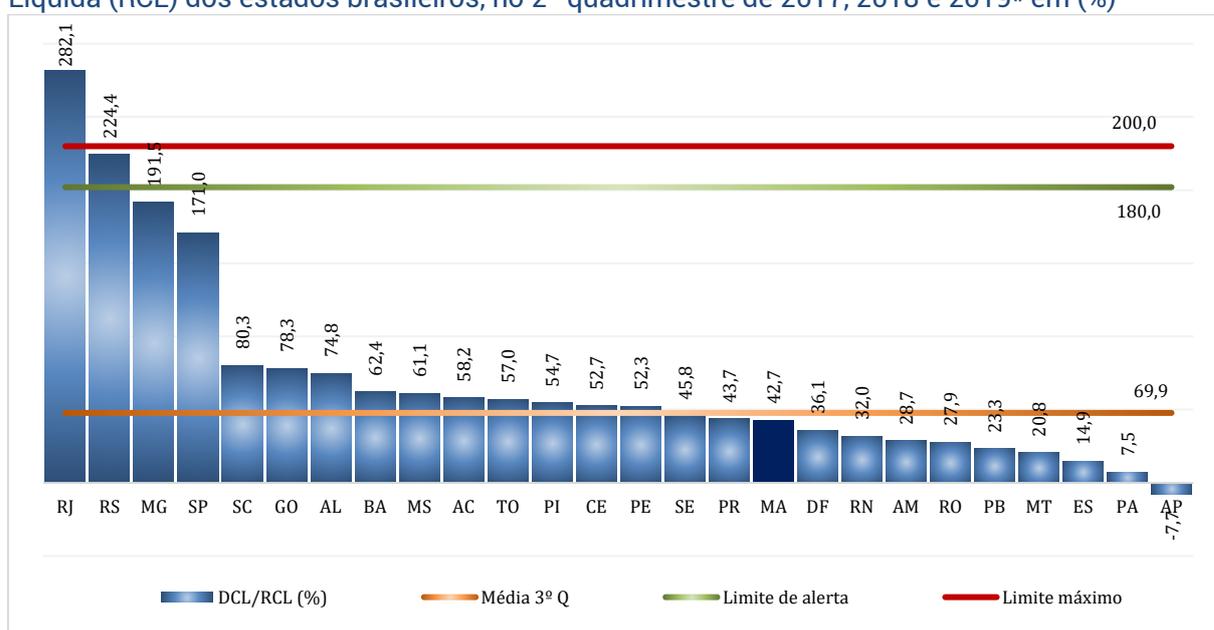


Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (SEPLAN/MA) \*Dados de 2019 passíveis de modificação

É importante destacar que, de acordo com a LRF, a relação DCL/RCL dos estados não pode ser superior a 200% e os entes que ultrapassarem os limites definidos constitucionalmente devem tomar providências dentro de um período de 12 meses, sendo necessária a redução do excesso em pelo menos 25% nos primeiros quatro meses. Além disso, caso haja a persistência do nível de endividamento em patamares elevados, a Administração Pública é impedida de realizar contratações de novas operações de crédito.

Quanto ao comparativo entre os estados, observou-se que, de acordo com os dados disponíveis no relatório do terceiro quadrimestre de 2019, apenas o Rio de Janeiro (282,1%) e o Rio Grande do Sul (224,4%) apresentaram resultados acima dos limites estabelecidos pela LRF (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Maranhão: Relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados brasileiros, no 2º quadrimestre de 2017, 2018 e 2019\* em (%)



Fonte: SICONFI/STN; \*Dados passíveis de modificação.

No *ranking* entre os estados, o Maranhão ocupou a 17ª posição, quanto ao nível de endividamento, sendo que apenas Distrito Federal (36,1%), Rio Grande do Norte (32,0%), Amazonas (28,7%), Rondônia (27,9%), Paraíba (23,3%), Mato Grosso (20,8%), Espírito Santo (14,9%), Pará (7,5%) e Amapá (-7,7%) apresentaram resultados mais satisfatórios.

De acordo com o exposto, depende-se que apesar da crise fiscal instaurada em grande parte dos estados brasileiros, o Maranhão tem conseguido alcançar resultados dentro dos limites da LRF, o que evidencia o seu comprometimento com a responsabilidade na gestão das contas públicas, atrelado à manutenção da oferta de serviços sociais.